

VI CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES

Entrevista ao Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses: Conselheiro Ferreira Girão



“Em consequência de uma democrática e crescente consciencialização dos direitos de cidadania, ampliada por uma imparável mediatização de toda a actividade humana, os serviços de justiça têm sido alvo de permanente análise e acerba crítica por parte da opinião pública. E isto porque — como, aliás, sucede com a generalidade dos serviços do Estado — os serviços de Justiça não têm dado resposta adequada e em tempo útil à cada vez maior procura de quem os solicita. Toda a gente reconhece que este estado de coisas não pode continuar, sob pena de colapso total da estrutura basilar do Estado de Direito. Há que parar para pensar as melhores soluções, o que não se consegue, manifestamente, com análises imediatistas, epidérmicas e meramente emocionais.”³⁴

pág. 3 e 4

Neste número:

- CONGRESSO DOS JUÍZES: - sua utilidade pág. 5
- ACORDA A OPINIÃO PÚBLICA pág. 6
- CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
– O primeiro diagnóstico pág. 7
- JULGADOS DE PAZ
- simulacro de independência pág. 11
- 4 PERGUNTAS • 24 RESPOSTAS pág. 13

SYNTAXIS E NEOPOIESIS

- Uma lógica responsável de reforma da justiça

pág. 8 e 9

“Dáí que seja de lastimar a forma como os juizes, enquanto classe ou corpo (podíamos dizer na sua dimensão colectiva ou de *dikasterion*), têm deixado perder consecutivas oportunidades para suscitar a mudança, não apostando em propostas efectivamente renovadoras - personalizadas por quem quer que seja - e condescendendo com um reconhecido ambiente nefasto onde dificilmente conseguem singrar as escolhas mais válidas, as opções construtivas, a elevação de comportamentos, bem como a ambicionada qualidade discursiva e organizativa. É urgente — imperioso mesmo — romper com as controvérsias estereis baseadas nas meras afinidades, cumplicidades ou linhagens pessoais. Nos acintes corporativos, nos grupos, nas clivagens regionais, nos rumores, na mesquinhez, nos ressentimentos e na falta de conteúdo das intrigas que nos fazem andar ao puro sabor dos acontecimentos.”



Agostinho Torres
Director do Jomal

Soberania, para quantos ... obrigas!

As “crises na soberania” são como certos abalos e movimentos da natureza que determinam a procura de protecção.

Apesar do caos que geram, trazem a inegável vantagem da revelação das fragilidades e a imposição de mudanças de qualidade.

Olhar o medo que provocam perante a décalage, para quem ainda acredita no valor da coragem da frontalidade, ainda é, quiçá, a melhor das terapias.

E é-o, seguramente, com a modéstia de quem, como nós, acha que não sabe de tudo nem o logrará de vez, mas beneficiará do encantamento da *renovação*, passo a passo, viagem a viagem, sem a pressa da estultícia em chegar a um destino imposto, porque procuramos a descoberta.

Seguimos agora na direcção de um encontro lúcido ou, pelo menos, não tão impensado, para sabermos responsabilmente de nós.

No teatro da Justiça, no areópago da conflitualidade, somos todos personagens. Só que nem sempre conhecemos o final da peça e temos entre nós demasiados surdos para ouvirem as raras palmas de quem ainda aplaude ou demais autistas ainda quando os apupos se acotovelam, ainda que as mais das vezes sejam cantados *pimbamente* por alguns galos corneteiros.

É por isso que, mostrando embora o ar dos estóicos, ignoramos a razão do drama, da tragédia ou mesmo, até, do sabor da emoção que a última cena por nós perpassaria, se não fosse a imaculada cor do negro que todos os dias vestimos no ritual, vacinados por uma legitimidade em que cremos dever continuar a acreditar e protegidos por uma espécie de aura que, placidamente, teimamos em não discutir.

Queremos agora abrir pontes, eliminar portagens nas ideias e fazer mais tributo aos cidadãos.

Tal como a água deve fluir, para que não estagne, “o sabor do justo” deve ser sentido integralmente pelos destinatários das leis, a quem aliás servimos e tantas vezes desmerecemos a confiança porque não explicamos de forma simples a complexidade das consciências.

Unidos em projecto crescendo, movimentados em redor de um tempo de tanto esquecimento que agora teimamos em alterar, somos impulsionados por um brado de cidadania urgente, comunicando a nossa visão das coisas.

Como? Dizendo, por exemplo, que não “vamos estando” e que não mais somos obrigados a ver ou a pagar facturas dos espectáculos das caravanas que passam, das feiras de vaidades ou dos pseudo paradigmas de certas verdades e convicções com que alguns iluminados têm brindado impunemente os cenários judiciais nos últimos anos.

Digamos para já, não queremos ser pretensiosamente diferentes. Mas temos a pretensão e a imodéstia de não assumirmos vestes de uniformes com a cor das ideias deslavadas.

Queremos apresentar de uma vez por todas aquele projecto, em primeira fila, porque acreditamos ir ao encontro de todos os que se sentem intranquilos dentro e fora da magistratura dos juizes, em defesa da dignidade que nos resta, com a validade da apólice que o nome nos dá a Constituição da República.

Escrevemos este jornal, num universo eclético, para sermos mais sujeitos de nós mesmos, com o atrevimento de pensarmos diferente, sem mais atavismos de missionários, ao serviço de um ideal de respeito pela democracia judiciária.

O leitor sério nos dirá se a razão nos assiste ou a (in) coerência o confirma.



ESTATUTO EDITORIAL

“Comunicar Justiça” é um jornal jurídico, informativo e crítico, orientado dentro dos princípios que caracterizam um Estado de Direito democrático, livre e representativo e defensor de uma judicatura independente dos poderes políticos, económicos e religiosos.

“Comunicar Justiça” é um jornal independente e não está ao serviço de qualquer projecto ou orientação política, jurídica, doutrinária ou comercial, assumindo-se como um espaço de liberdade de opinião, de reflexão e de crítica sobre a actualidade jurídica e judiciária, nacional e europeia.

“Comunicar Justiça” é um jornal defensor da tradição europeia da defesa e alargamento dos direitos cívicos e sociais, da liberdade de expressão e do espírito de tolerância.

“Comunicar Justiça” é um jornal que procurará ter como universo de leitores todos os cidadãos que se exprimam em língua portuguesa e particularmente todos os magistrados judiciais portugueses, participando activamente para contribuir para uma opinião pública esclarecida e informada sobre o sistema judicial português.

“Comunicar Justiça” é um jornal defensor de uma judicatura moderna, esclarecida e critica, adaptada às novas realidades sociais e pretende contribuir para o aprofundamento do associativismo entre todos os operadores forenses, pretendendo ser um espaço de convergência em defesa da dignificação das respectivas funções.

“Comunicar Justiça” é um jornal sensível ao estatuto sócio-profissional dos magistrados judiciais, defendendo a sua independência funcional e económica como garante para todos os cidadãos de uma justiça isenta e digna

“Comunicar Justiça” é um jornal aberto à colaboração dos seus leitores, aceitando artigos de opinião inseridos no âmbito da informação, apreciação critica e opinião sobre temas jurídicos e judiciários ou associativos.

REGULAMENTO REDACTORIAL

1º - O jornal “Comunicar Justiça” é propriedade do M.J.D.-Movimento Justiça e Democracia, Cooperativa Cultural, CRL.

2º - O Jornal “Comunicar Justiça” terá 10 edições anuais.

3º - O jornal “Comunicar Justiça” tem um director responsável pela sua edição e um corpo de redactores e colaboradores não permanente, podendo ter redactores profissionais.

4º - Todos os artigos assinados serão da responsabilidade dos respectivos autores, não sendo objecto de qualquer comentário ou apreciação por parte da redacção.

5º - O jornal “Comunicar Justiça” reserva-se o direito de não publicar artigos que se revelem manifestamente contrários ao Estatuto Editorial, contenham expressões ofensivas da honra e consideração de alguém ou que não sejam acompanhados de documentação comprovativa do alegado.

6º - Todos os artigos deverão ser dactilografados e enviados com a identificação e contacto do seu autor e devidamente assinados e, se possível, acompanhados de suporte informático e fotografia do seu autor e outras fotografias que julgue convenientes para ilustrar o respectivo artigo.

7º - A reprodução e citação parcial dos artigos publicados será autorizada, desde que seja divulgada a fonte e autoria dos mesmos, carecendo a reprodução total da autorização do director do jornal.

8º - A reprodução total ou parcial das fotografias dos autores dos artigos publicadas é interdita e será de imediato objecto da competente acção judicial movida pela proprietária, independentemente da que o visado entenda mover.

9º - Entende-se que todos os artigos recebidos estão autorizados pelos respectivos autores a serem reproduzidos e divulgados nos termos acima expostos.



MOVIMENTO JUSTIÇA E DEMOCRACIA

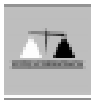
O Movimento Justiça e Democracia está organizado como Cooperativa Cultural, tendo como objecto:

“Constituir um fórum permanente de debate sobre os fundamentos e valores que fazem a órbita do poder judicial, pela defesa e dignificação da carreira judicial, pela afirmação da diferença no universo da judicatura, pela promoção dos valores da justiça e democracia no seio de um Estado de Direito, procedendo nomeadamente à realização de estudos, colóquios, seminários e conferências sobre temas jurídico-sociais, publicação de jornais, revistas, livros e ficheiros informáticos”

Tem a sua sede na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 215, Linhó, 2710 Sintra.

Conta com as contribuições dos seus cooperadores e outros fundos e participações que venha a obter para as suas iniciativas.

Para ser membro da cooperativa bastará manifestar esse desejo mediante contacto para a morada supra referida, sendo remetido ao candidato a cooperador toda a informação e ficha de inscrição necessária para o efeito.



VI Congresso dos Juízes Portugueses

P: O VI Congresso dos Juízes Portugueses, a realizar nos dias 8, 9 e 10 de Novembro tem como tema «Justiça e Opinião Pública». Qual a motivação e quais as razões subjacentes que determinaram essa escolha temática?

R: A óbvia actualidade do tema consubstancia, por si só, a motivação e as razões subjacentes à sua escolha.

Em consequência de uma democrática e crescente consciencialização dos direitos de cidadania, ampliada por uma imparável mediatização de toda a actividade humana, os serviços de justiça têm sido alvo de permanente análise e acerba crítica por parte da opinião pública.

E isto porque — como, aliás, sucede com a generalidade dos serviços do Estado — os serviços de Justiça não têm dado resposta adequada e em tempo útil à cada vez maior procura de quem os solicita.

Toda a gente reconhece que este estado de coisas não pode continuar, sob pena de colapso total da estrutura basilar do Estado de Direito.

Há que parar para pensar as melhores soluções, o que não se consegue, manifestamente, com análises imediatistas, epidérmicas e meramente emocionais.

suas implicações na composição e funcionamento dos Órgãos de gestão administrativa e disciplinar dos juizes continua a ser, por seu turno, um tema inesgotável de discussão e reflexão.

A tentativa (e a tentação) de subalternizar a jurisdição comum em benefício das demais, designadamente da administrativa, constituiria também um tema de (preocupante) interesse de reflexão para a classe.

Enfim... como se vê e sem querer ser exaustivo, temas não faltariam...

P: Está a existir ou não uma clara e inequívoca adesão dos juizes?

R: Neste momento de reinício do ano judicial, a um mês e meio do evento, ainda é cedo para qualificar a adesão dos juizes ao Congresso.

O que posso dizer é que já estamos a receber trabalhos sobre os temas e também inscrições que nos asseguram fortes perspectivas de uma adesão significativa por parte dos juizes.

Não esqueçamos que se mantém a velha e mediterrânica tradição de se deixar tudo para a última da hora...

P: Os juizes de 1ª instância, a maior



actividade profissional, com uma redução de 50% na distribuição de processos.

Daí que nos mereçam todo o respeito e toda a gratidão os Colegas das antecedentes direcções que estiveram na génese dos anteriores Congressos.

Não obstante, para ser sincero, não deixo de ter uma forte expectativa — fundada essencialmente na já falada e aguda actualidade do tema — de que este Congresso, ao menos, não desmerecerá dos primeiros, quer a nível de afluência, que a nível da qualidade das participações.

P: Porquê Aveiro?

R: Pela localização geográfica — na zona centro do País — e por ser uma cidade bonita, moderna, desenvolvida, com consabidas tradições democráticas.

Está dotada de infraestruturas — desde o local onde se irá desenrolar o Congresso (feliz e

R: Foram feitos convites a magistrados estrangeiros, no âmbito quer dos juizes de língua portuguesa, quer das associações e outras organizações internacionais de juizes, sendo certo que temos vindo a receber a anuência de muitos deles.

P: O que pensa sobre a justificação e utilidade da realização de um futuro Congresso Judiciário aberto à intervenção de outros profissionais do direito, nomeadamente do Ministério Público, advogados, solicitadores, conservadores e notários e professores de direito?

R: Acho uma excelente ideia.

A interdisciplinaridade imposta pelas reformas actualizadoras dos serviços genericamente designados de Justiça e a consequente redistribuição de competências aconselham vivamente a que se tente a realização próxima de um Congresso com esse âmbito alargado.

Seria uma forma de, além do mais, contribuir

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUIZES PORTUGUESES: CONSELHEIRO FERREIRA GIRÃO

O assunto é bastante sério, a exigir, por isso, um debate profundo no sentido de se tentar obter as respostas mais adequadas por forma a que as decisões judiciais reflectam o mais possível a consciência colectiva — objectivo primordial do Direito e pressuposto importantíssimo da legitimação dos seus aplicadores, *maxime* dos juizes —, o que só se conseguirá, também e além do mais, com uma correcta informação pública sobre o que se passa na Justiça, em geral, e na actividade judiciária, em particular.

Creio, assim, que o nosso próximo Congresso irá constituir uma excelente oportunidade para um rico e aberto debate sobre este momentoso tema.

P: Outros temas poderiam ser objecto de reflexão da classe? Quais?

R: Evidentemente que sim.

Ser juiz hoje, nesta complexidade sociológica, de mutações constantes e bruscas — brutais, até —, não é fácil.

Ao juiz vai sendo exigida uma mais abrangente preparação que não se confine à vertente técnico-jurídica.

A função de julgar tende a ser cada vez mais dinâmica, participativa e actualista na interpretação normativa.

A Formação dos Juizes seria, consequentemente, um outro actual e interessante tema de reflexão da classe.

O mesmo se poderá dizer sobre o seu Estatuto Sócio-Profissional, atenta as especificidades estruturais da sociedade aberta e democrática em que estamos inseridos.

O binómio Poder Judicial/Poder Político e as

percentagem de entre os magistrados judiciais em exercício, não se tem feito representar condignamente nos anteriores Congressos. Será este diferente? Que se pensou fazer para os cativar a aparecerem e participarem nos trabalhos?

R: Fizemos e continuamos a fazer uma divulgação generalizada do Congresso por toda a classe, sem termos considerado a necessidade de privilegiar, nesse aspecto, qualquer instância.

Somos todos juizes, com formação, além do mais, obrigatoriamente universitária — pressuposto à partida garantido de uma liberdade de escolha, em termos intelectuais e culturais, acima da média.

Penso, por isso, que, com o estabelecimento de uma estratégia de *marketing* diferenciada, correr-se-ia o risco de aparentarmos estigmatizar com uma *capitis diminutio* a franja ou instância que fosse alvo preferencial dessa estratégia e de, concomitantemente, contribuímos para uma eventual desmotivação das demais.

P: Em que medida e a que níveis se espera que este Congresso dos Juizes Portugueses se destaque dos anteriores Congressos?

R: É da natureza humana tentar fazer sempre mais e melhor que os outros.

Sem uma saudável emulação não há progresso.

A realização de qualquer Congresso exige muito trabalho, muita disponibilidade, muita congregação de esforços; tudo isto mostra-se dificilmente compaginável com o facto de, neste momento, ser só o presidente o único elemento da Direcção que se encontra beneficiado, na

inteligente recuperação arquitectónica de uma antiga fábrica de cerâmica) até aos hotéis para alojamento de todos os participantes e familiares — suficientes e com qualidade.

Aria e as demais belezas naturais contribuirão fortemente — se a situação climática também der o seu contributo — para o gozo de uma estadia agradável, em especial para os acompanhantes dos congressistas.

Claro que a componente pessoal não deixou de pesar na deliberação da escolha — além de alguns dos nossos Colegas, integrantes do grupo de trabalho organizador do Congresso, serem amigos ou terem sido discípulos do senhor Presidente da Câmara de Aveiro (o que, obviamente, constitui uma preciosa ajuda), este vosso interlocutor nasceu e tem vivido a maior parte do tempo em terras do distrito (passe a imodéstia desta nota pessoal).

P: Foram obtidos apoios para o Congresso. De quem e a que nível?

R: Seguiram-se as pisadas dos anteriores Congressos e solicitou-se o apoio das entidades públicas e privadas constantes do respectivo arquivo, apoio esse que tem vindo a ser já concedido por algumas delas e prometido por outras, quer a nível de subsídio monetário (para o que foi aberta uma conta bancária específica), quer a nível de fornecimento de material, de apoio logístico e de suporte das despesas com a publicação das actas e das conclusões.

P: Este Congresso irá ter participação de magistrados estrangeiros?

para o esbatimento — que felizmente e de alguma forma já se vai sentindo — das arestas, de pendor mais ou menos corporativista (no seu pior significado, obviamente), impeditivas de um leal e profícuo relacionamento entre todos os profissionais de direito.

P: Qual a cobertura que se espera que o Congresso venha a ter por parte dos órgãos de Comunicação Social? Foram dirigidos convites específicos aos mesmos, nomeadamente como observadores?

R: Fundamentalmente por causa quer da actualidade e sonoridade do tema — a fazer prever comunicações vivas e interessantes —, quer do prestígio e visibilidade pública de alguns dos intervenientes, estou moderadamente confiante numa satisfatória cobertura mediática do Congresso.

Evidentemente que serão — se já não foram mesmo — dirigidos convites aos órgãos de Comunicação Social.

P: As conclusões do Congresso irão ser divulgadas por que forma?

R: Por todas as possíveis formas de comunicação, incluindo o *site* da Associação na Internet, não estando, sequer, posta de parte — depende dos apoios que recebermos — uma específica publicação bibliográfica.

P: Conta-se retirar das conclusões do Congresso alguma sugestão legislativa no âmbito do tema escolhido?

R: Creio que só depois de definido e aprovado o teor das conclusões é que se poderá pensar e



Entrevista - Continuação

deliberar sobre o seu eventual aproveitamento a título de alguma «sugestão legislativa».

P: Como classificaria a cobertura jornalística efectuada pela comunicação social brasileira sobre o denominado crime de Fortaleza?

R: Obscena e perigosa.

Obscena, no sentido etimológico do termo, porque entendo ser totalmente *fora de cena* — ou seja, ofensivo, além de outros valores, do mais elementar sentido estético — explorar *ad nauseam* e para consumo público, imediato e emocional, a miséria e a degradação humanas.

Perigosa, porque, além de se ter prestado a uma concupiscente colaboração com as autoridades policiais, não respeitou os indigitados autores do crime na sua dignidade humana e no seu inalienável direito de falarem sobre os factos só na presença de um advogado.

Especialmente a televisão não teve qualquer pudor em interrogar os detidos, mesmo quando algemados e a patentear um intenso descontrolo emocional.

E ainda perigosa porque o público, geralmente não informado sobre as regras processuais penais, dificilmente aceitará e compreenderá uma hipotética — mas não de todo impossível — absolvição dos suspeitos, depois de todas aquelas espectaculares e escancaradas «confissões» perante as câmaras de televisão.

P: As autoridades dos E.U.A., nomeadamente responsáveis policiais, regularmente informavam a comunicação social da evolução das investigações referentes ao atentado de Setembro último naquele país. Em Portugal isso seria possível?

R: Apesar de não estar muito por dentro das normas que regulamentam as relações entre os serviços de investigação da nossa polícia e a comunicação social penso que o regime legal do segredo de justiça que vigora entre nós, aplicável também à fase de inquérito, constitui um forte impedimento a que, como regra, seja possível uma informação sobre o desenrolar das investigações.

Contudo, se a memória não me falha, excepcionalmente tem havido casos de extrema gravidade delinquencial e de grande impacto público em que esse procedimento informativo foi utilizado.

Pelo menos a nível da Polícia Judiciária, como, por exemplo, no caso da discoteca «Meia Culpa» (creio que era este o nome).

P: O segredo de justiça, tal qual está, deverá ser alterado?

R: Entendo que, por um lado, a defesa dos direitos, designadamente o direito à imagem e o direito ao bom nome das pessoas envolvidas nos processos e, pelo outro, a garantia do exercício do direito (ou antes, do dever) do Estado de punir os culpados e de fazer ressarcir as vítimas — o que, naturalmente, só o sucesso das investigações permitirá — exige que o segredo de justiça se mantenha como regra legal.

Contudo, mais do que a normatização dessa regra, por mais especiosa que se pretenda, torna-se imperioso e urgente encontrar a melhor maneira de consciencializar todos (especialmente as autoridades e a comunicação social) de que não há direitos ou deveres sacrossantos e intocáveis.

Significa isto que:

—nem a autoridade policial ou judiciária pode continuar a alargar, muitas vezes autocrática e arbitrariamente, o âmbito do segredo de justiça sob o pretexto de risco para a eficácia e rapidez da investigação, quando esse risco é mínimo, parcial ou nem sequer existe;

—nem a comunicação social pode continuar a comportar-se como uma espécie de segunda instância entre a «justiça terrena» e a «justiça divina», ou, sob o farisaico pretexto de uma «justiça transparente», persistir no tratamento dos casos em função de uma certa opinião pública, ávida de escândalos.

Enfim, acompanho os que entendem que é tudo uma questão de *bom senso* e de inteligente aplicação do *princípio da proporcionalidade*.

P: Que pensa da criação de Gabinetes de Imprensa junto dos Tribunais?

R: Acho — e tenho insistido nisso — que é uma necessidade premente a criação, para já, de um Gabinete de Imprensa junto do Conselho Superior da Magistratura e, o mais depressa possível, junto dos Tribunais.

P: E de jornalistas credenciados para a cobertura de processos em curso?

R: Jornalistas preparados, com elementar formação jurídica e judiciária, constituem a contrapartida justa e indispensável aos Gabinetes de Imprensa por forma a que o jargão dos Tribunais seja traduzido e facilmente compreendido pelo público em geral.

P: A própria Direcção Nacional da ASJP pensa instituir um Gabinete de Relações Públicas?

R: Ainda não perdemos a esperança de, durante o mandato em curso, dar início de concretização a esse ponto programático.

P: O dever de reserva do juiz deve ser retirado do seu Estatuto?

R: Depois de tudo o que se tem passado, é cada vez mais firme a minha convicção — que tenho manifestado, aliás, várias vezes em termos públicos e, até recentemente, com alguma controvérsia — de que o dever de reserva se deve manter, quer para os juizes, quer para os advogados.

Aliás e quanto a estes últimos profissionais do foro foi publicada em Julho último uma lei da Assembleia da República a alterar o Estatuto da Ordem dos Advogados, designadamente no sentido de ficar estabelecida como regra a proibição de discutirem publicamente ou nos meios de comunicação social os casos pendentes ou a instaurar, tendo que requerer autorização

prévia ou justificar em curto prazo os casos em que se vejam obrigados a quebrar essa regra.

Resulta, assim, para os advogados um regime muito mais restritivo do que o regime dos juizes, o qual admite a própria exclusão do dever de reserva quando, não estando em causa o segredo de justiça ou o sigilo profissional, as informações processuais se destinem a realizar interesses ou direitos legítimos, como o direito à informação.

De qualquer forma, continuo a defender que o fornecimento destas informações deve estar a cargo, não do juiz do processo — cuja imagem de serenidade e imparcialidade deve ser sempre salvaguardada —, mas do Conselho Superior da Magistratura, enquanto não forem criados os falados e desejáveis Gabinetes de Imprensa junto dos tribunais.

P: A sociedade forense está a conhecer actualmente profundas reformas, sejam, por exemplo, a reforma do contencioso administrativo. Estão previstas intervenções sobre temas actuais não inseridas no objecto do Congresso.

R: Não estão previstas e sinceramente penso que não serão convenientes em nome de uma elementar disciplina organizativa intervenções fora do tema escolhido.

Tenho a certeza, contudo, de que ninguém mandará calar alguém que, eventualmente, venha a exorbitar do tema.

P: Após a última revisão dos estatutos da A.SJP passou a Associação que V. Ex^a preside a contar com um órgão, o Conselho Geral, onde estão representados juizes das diversas sensibilidades que participaram nas eleições para os órgãos sindicais. Foi esse órgão consultado quanto à oportunidade, tema e estrutura do Congresso?

R: Se a memória não me atraiçoa, em Maio do ano passado, aquando da primeira das quatro reuniões do Conselho Geral que até agora tiveram lugar, a Direcção da nossa Associação anunciou logo aí o Congresso como uma dos eventos programaticamente a realizar.

O assunto e concretamente a questão de saber se, em termos normativo-estatutários, deveria a Direcção ter consultado previamente o Conselho sobre os pormenores da realização do Congresso vieram a ser objecto de vivo debate na última reunião do mesmo Conselho, ocorrida em Junho passado na cidade de Tavira.

Reiterando o que aí disse e que é conhecido e (pesadamente) sentido por quem alguma vez exerceu funções associativas executivas: — o pouco ou muito que se faz no âmbito da Associação assenta, essencial e realmente, na boa vontade e no empenho das pessoas, independentemente dos cargos formais para que foram eleitas.

P: Para terminar, uma última pergunta. Surge como convidado a proferir a Oração de Sapiência o Doutor Mário Soares. Qual a razão de tal convite?

R: O Doutor Mário Soares é — além do mais sobejamente conhecido e que o distingue como singular figura pública — uma personalidade permanentemente atenta aos fenómenos sociais e com formação jurídica, que chegou a aplicar na advocacia, profissão que, como se sabe, deixou de exercer há já alguns anos.

A simbiose entre aquela proximidade aos problemas da cidadania e este distanciamento jurídico-profissional, aliada a um inegável poder de comunicação, constituem a garantia de uma brilhante Oração de Sapiência sobre o tema.

Programa do Congresso subordinado ao tema Justiça e Opinião Pública

VI

CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES

JUSTIÇA & OPINIÃO PÚBLICA

8, 9 e 10 Novembro 2001

Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

Justiça e Opinião Pública - Aveiro - 8, 9 e 10 de Novembro de 2001

8 de Novembro • Quinta-Feira

- 14h00 - Recepção dos Congressistas
- 15h30 - Abertura Solene do Congresso
 - Presidente da República
 - Ministro da Justiça
 - Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
 - Presidente da A.S.J.P.
- 17h00 - Pausa
- 17h30 - Oração de Sapiência
 - Doutor Mário Soares
- 21h00 - Jantar de Abertura Solene (Presidente da Câmara)
- Sarau Musical - Orquestra das Beiras

9 de Novembro • Sexta-Feira

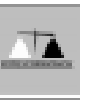
- 10h00 - Justiça, Tribunais e Comunicação Social
 - Comunicações
 - Discussão dos temas apresentados
- 13h00 - Almoço
- 15h00 - Justiça e Serviço Público
 - Comunicações
 - Discussão dos temas apresentados
- 18h30 - Encerramento
 - Jantar
- 21h30 - Fados

10 de Novembro • Sábado

- 10h00 - Conteúdo e fundamentação das decisões Judiciais
 - Comunicações
 - Discussão dos temas apresentados
- 13h00 - Almoço
- 15h00 - Leitura e aprovação de conclusões
- 18h30 - Sessão de Encerramento
 - Presidente da Assembleia da República
 - Ministro da Justiça
 - Vice Presidente do Conselho Superior da Magistratura
 - Presidente da A.S.J.P.
- 21h00 - Jantar de Encerramento
 - Sessão Cultural

NOTAS:

- O Congresso terá lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.
- Apresentação de comunicações até 20 de Setembro.
- Data limite de inscrição até 15 de Outubro.
- As inscrições podem ser feitas através de correio electrónico: correio@asjp.pt



Congressos dos Juízes: - sua utilidade



■ **Rui Rangel**
(Juiz de Direito)

Fui convidado a participar com um texto sobre a eficácia e a utilidade dos Congressos dos Juizes Portugueses na 1ª edição deste Jornal, tarefa que aceitei por me parecer que o objectivo central dos dinamizadores desta saudável iniciativa que se aplaude é conseguir, através deste meio, melhor comunicar com os juizes seus principais destinatários, criando desta forma um espaço de liberdade e de reflexão onde cada juiz possa contribuir de forma livre com as suas ideias e pensamentos sem ser estigmatizado ou excluído porque pertence ao grupo dos teóricos e pensadores da justiça, ao grupo dos nortistas ou ao dos sulistas.

Todos nós, pelas funções que nos estão atribuídas, temos a obrigação de defender a unidade da classe. Já não temos seguramente a obrigação de partilharmos as ideias daqueles que defendem o unanimismo, o que não é, como sabemos, o mesmo que unidade.

Somos, de facto, especialistas na arte de colocar “grilhetas de grupo ou ideológicas” com a finalidade de afastar ou de silenciar quem não se revê nos ideais que defendemos e que julgamos serem os mais correctos, sem sequer termos a humildade de perder algum tempo a ouvir os pensamentos e as reflexões de outros que têm as mesmas angústias e mágoas, por não conseguirem inverter a desgraça em que se encontra a justiça.

Somos, na verdade, uma classe onde cada vez mais impera a competição com o colega do gabinete do lado. Concorremos desenfreadamente uns com os outros, atropelamo-nos diariamente na encruzilhada da vida judiciária e chegamos ao cúmulo de nos cruzarmos com colegas num corredor de qualquer tribunal ou de subirmos o mesmo elevador sem sequer darmos os bons dias.

Que espécie de juizes somos nós e que ser humano se encontra dentro de nós neste mundo já de si tão desumano injusto e cruel?

Quem somos nós para expulsar do nosso meio e do nosso convívio e para perseguirmos injustamente colegas da nossa profissão?

É por tudo isto que, gostosamente, aceitei tecer algumas considerações sobre a utilidade dos congressos dos juizes, fazendo votos que este espaço não seja amordaçado e silenciado servindo mais uma vez a lógica de uma aparente maioria.

A história das civilizações e do pensamento ensina-nos que as minorias nunca devem ser desprezadas uma vez que todos os grandes movimentos sociais foram feitos com a energia, a sabedoria e a inteligência das minorias.

O que somos, o que queremos e o que representamos actualmente na sociedade portuguesa e de que forma nos relacionamos com os outros poderes instituídos constituem as grandes interrogações e as reflexões que, em unidade, importa extrair.

Para que servem algumas iniciativas desgarradas, isoladas, sem uma agenda devidamente planificada quanto às grandes questões que preocupam a justiça e que afectam o cidadão?

Nesta linha de pensamento, para que servem os congressos dos juizes realizados de quatro em quatro anos com temas muitas vezes isotéricos e descontextualizados das grandes questões que afectam a imagem da Justiça?

Um qualquer congresso dos juizes deveria assumir-se sempre e fossem quais fossem as circunstâncias ou condições em que viesse a ocorrer, como um momento alto de relevo e importância inequívocas.

Deveria ser mais do que uma simples reunião essencialmente de juizes. Era desejável que constituísse um momento de reflexão séria e sem complexos onde se imporia a autocritica que se justifica, o despertar para novos desafios nos vários e complexos domínios do nosso quotidiano. No fundo, a consciencialização

daquilo que somos e sobretudo, daquilo que pretendemos ser.

Enquanto não formos capazes de parar para pensar, não fizermos a catarse e a autocritica necessárias, não saberemos estar em condições de responder a todos os outros desafios com que a Justiça está cada vez mais confrontada, que se prendem com a dignidade e a imagem desta e dos juizes, junto da opinião pública.

Os problemas da justiça e dos juizes resolvem-se no dia a dia com uma actuação eficaz, atenta, sagaz e descomprometida. Não se resolvem, seguramente, com congressos recheados de grandes comunicações ou lucubrações de natureza técnico-jurídica específicas, cujas conclusões, por mais válidas e relevantes que sejam, perdem a eficácia e a utilidade no dia em que os mesmos terminam.

Caminhamos para o 6º Congresso dos Juizes Portugueses.

Assisti à maioria destas magnas reuniões, tendo tido em dois deles (Évora e Tomar) uma participação activa na sua estruturação e realização, sobretudo no que respeita ao Congresso de Tomar. Apresentei comunicações em quase todos os congressos.

Mas, de que serviram as várias comunicações e intervenções que até hoje foram feitas em congressos pelos juizes, políticos, advogados e outros profissionais do foro e que utilidade tiveram as conclusões que destes foram retiradas para a melhoria da justiça e para a dignificação dos juizes?

Se atentarmos a estes objectivos, estou certo que a utilidade e eficácia não compensaram, até hoje, o enorme esforço que constitui a sua realização.

Os juizes estão pouco habituados a conviver com a critica e a serem autocríticos. Tal deve-se, segundo nos parece, a questões de natureza cultural, a vícios de profissão, a medos escondidos ou à vergonha de aparecerem, diga-se injustamente, junto da opinião pública como um dos principais responsáveis pelo caos que se instalou na justiça. Estas e outras questões só se combatem com frontalidade e utilizando os mesmos meios daqueles que destes se servem para denegrir a sua imagem.

A imagem e a dignidade dos juizes junto da opinião pública não são recuperáveis nem restabelecidas em patamares satisfatórios em congressos. É com uma prática diária sistemática, organizada e devidamente orientada que se alcança a boa imagem e a dignidade que merecemos.

É uma tarefa árdua que dá muito trabalho, mas que é, seguramente, compensadora. Todos nós temos a obrigação de contribuir para essa melhoria.

São os juizes que têm que dar sabiamente o primeiro passo e não esperarem que outros o façam. Os juizes não devem voltar as costas à critica entrincheirando-se detrás da função que exercem; antes devem afrontar e provocar a discussão de cabeça levantada, dinamizando e promovendo um debate sem hipocrisias.

Não basta afirmar que os congressos são abertos a todos os juizes que, séria e construtivamente, queiram trazer a este areópago o seu contributo para a discussão das várias temáticas em discussão.

Na verdade os juizes têm participado, de forma séria e construtiva, nos congressos, com temas de riqueza inquestionável, apontando os caminhos a seguir. Mas, o que é feito dessas comunicações e das conclusões? Que tratamento foi dado, que consequências foram retiradas e que efeito tiveram? Qual o eco e que exigências foram feitas ao poder político baseado nessas comunicações e conclusões?

Ninguém de boa fé ousará contestar esta triste realidade que a todos nós atinge e com a qual todos nós, sem excepção, temos sido cúmplices;

cumplicidade esta que é feita de silêncios, de indiferença e do deixar andar, muito típico da nossa condição humana.

De que serve um debate aberto e sem limites, com participações de todos os magistrados e outros profissionais do foro empenhados na actividade judiciária, se esse debate se fecha nele próprio, circunscrevendo-se às palavras e ideias que depois não têm a força para fazer transbordar o “leito geográfico” onde são proferidas?

É preciso que a corrente das ideias e das palavras não adormeça e não seja levada para o “leito” de uma qualquer secretária ou gaveta, como até hoje tem acontecido.

A palavra deve ser transmitida e levada aos lugares próprios de forma reiterada como sinal das nossas reivindicações, pois só assim contribuimos para dar dignidade aos congressos e respeitarmos a esperança que neles deposita quem, de forma séria e honesta, apresenta a sua comunicação.

Não basta a discussão pública com a presença fugaz dos meios de comunicação social para se chegar aos destinatários da mensagem. É necessário veicularmos de forma eficaz as reflexões e conclusões saídas dos congressos, reivindicarmos diariamente o direito de sermos ouvidos com palavras sábias, claras e objectivas e sobretudo com uma acção eficaz e detalhada no terreno. Em muitos casos tem sido esta inércia um dos grandes responsáveis pelo estado caótico em que se encontra o sistema judicial (veja-se o caso flagrante da última alteração ao CPC no que se refere à citação, que António Costa só aceitou rever agora, depois do parecer do “Observatório da Justiça”, quando já tinha no seu gabinete a posição contrária da Ordem dos Advogados e da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, a que não deu crédito.

Sá de Miranda dizia:

“Escrever com louvaminhas não será a nossa profissão
tirar as garras ao leão
para pô-las nas galinhas
outros o façam que nós não”.

Na discussão, quer em congressos quer no dia a dia, das questões da justiça nós só temos sabido escrever com louvaminhas e temos tirado as garras ao leão para pô-las nas galinhas. Não temos sabido, quer para dentro quer para o exterior, apresentar um discurso incisivo, coerente, claro e explícito quanto às nossas posições.

As razões ontológicas da nossa função judiciária têm sido procuradas através de um debate tímido, dotado de pouca eficácia e sem qualquer preocupação de fazer reflectir o pluralismo das ideias e dos valores existentes entre nós, impossibilitando desta forma uma explicação profunda do papel da magistratura judicial como poder do Estado cujo conteúdo e significado se materializa através da sua independência.

Embora os juizes estejam conscientes dos seus próprios deveres e das enormes dificuldades que o exercício da função lhes vem colocando, não têm tido a arte e o engenho para através dos meios de comunicação social fazer passar a mensagem certa, tornando na prática vazias as garantias dos cidadãos relativamente a um correcto exercício da função judiciária.

Não existe tempo para o debate nem vontade de o promover com regularidade. É terrível o marasmo e o deserto de ideias em que a nossa sociedade se encontra mergulhada. Fomos apanhados nestas malhas que segregam o indivíduo e lhe toldam o espírito e a alma.

O Congresso da Magistratura Judicial deverá ser o “forum”, o lugar de encontro, de partilha de afirmações, de ideias e de debate entre todos os juizes e demais profissionais do foro. O lugar de análise critica do estado da justiça, de reflexão

sobre todos os problemas que afectam os juizes, de aproximação real e efectiva (sem medos e sem hipocrisias) entre todos e de busca das soluções adequadas ao seu eficaz funcionamento. O lugar, ainda, de enaltecimento da Justiça e onde deve ser feita Justiça, devolvendo-lhe a eficácia perdida e onde se devem definir os grandes princípios orientadores de uma melhor e mais adequada reestruturação do tecido judiciário.

É neste grande auditório, com visibilidade exterior mais acentuada, que se deve afirmar “até que a voz nos doa” que a Justiça só tem sentido útil se permanecer sob a alçada dos juizes, pois só eles estão em condições de salvaguardar as liberdades e os direitos dos cidadãos e da sociedade.

De um modo geral os congressos têm servido, em pura teoria argumentativa e discursiva, as causas acima enunciadas através da apresentação de longas comunicações ou lucubrações de natureza técnico-jurídicas, sem debate e discussão por falta de tempo.

Pese embora, por vezes, a temática escolhida não ser a mais apropriada ao fim visado, o problema central e global não reside na discussão em si, mas no “day after” dos congressos. O que tem sucedido é que os congressos são de eficácia e utilidade reduzidas, resumindo-se a um encontro de amigos que aproveitam a ocasião para se reencontrarem, para partilharem alguns momentos de laser e para poderem fazer uma paragem na azáfama judiciária.

O “day after” é terrível pois a esmagadora maioria das conclusões que são aprovadas com base em princípios gerais e específicos esgotam-se nesse dia, por não se dar seguimento e não se exigir, nomeadamente ao poder político, o seu cumprimento.

Nada mudou na Justiça por causa ou em consequência das conclusões aprovadas em congressos. O congresso deveria ser indiscutivelmente o momento histórico para os juizes erguerem a sua bandeira, face à sintonia de posições aprovadas e à participação em grande número de magistrados judiciais.

A crise da justiça (que é estrutural e não conjuntural) já atravessou várias gerações de magistrados judiciais e já passou por todos os congressos, tendo permanecido e caminhado lentamente para a sua agonia. Continuamos a gerir o transitório e o provisório e a viver com as leis possíveis que vão e vêm a uma velocidade estonteante impedindo-nos de acreditar que é possível ter uma justiça melhor e mais eficaz. Os tribunais e os juizes estão na crista da onda discursiva e com isto, os julgamentos e outras questões que envolvem os tribunais, são discutidos à mesa do café, nos transportes públicos, nos jornais, nas televisões.

Este é o tempo da justiça que preenche os sucessivos vazios dentro de nós e que põe a nu as nossas fraquezas, os nossos medos, frustrações e incapacidades para lidarmos com estes novos desafios.

Aos olhos do grande júri da opinião pública, como sucedia nos circos romanos, cabe o poder de condenar ou absolver, atirando-nos aos leões ou não, consoante se encontrem de um lado ou de outro da barricada processual.

Os juizes têm que proceder a uma revisão descomprometida e descomplexada sobre os seus pontos de equilíbrio e sobre o exercício da sua consciência, apetrechando-se desta forma do equilíbrio e do bom senso necessários. Vivem com receios incompreensíveis, isolados e distantes do mundo social e político, desmotivados e desconfiados de tudo e de todos, não sabendo interpretar, compreender e viver com os sinais de mudança. O “faz de conta” é hoje um argumento e uma prática na administração da justiça.

Num país europeu com mais de 800 anos de história, com uma das mais antigas codificações da Europa, não é aceitável o alastrar da crise da



cultura, da mentalidade jurídica, da técnica legislativa e o agravamento do estado da Justiça em Portugal.

O diagnóstico sobre o estado do sistema judicial há muito que se encontra feito. É preciso não perder mais tempo e passar das palavras à acção.

Teria sido interessante que a temática deste 6º Congresso dos Juizes Portugueses, a realizar em breve, ao invés de discutir o que pensa a opinião pública sobre os juizes tivesse tido a preocupação de lançar um amplo debate e discussão (virado para dentro) sobre o que somos e o que pretendemos ser; sobre o que é ser juiz; sobre as causas geradoras da desunião em que a classe se encontra; sobre a apatia e desmotivação dos juizes; sobre o alheamento e o distanciamento dos juizes relativamente aos seus órgãos representativos, uma vez que a legitimação não se esgota no acto eleitoral; sobre a manifesta falta de pluralismo de ideias e dos

valores; sobre a ausência de debates internos que respeitem as ideias contrárias; sobre o marasmo em que se encontra o nosso associativismo; sobre a riqueza que representa a unidade da classe (não a unicidade de pensamento); sobre a idiossincrasia dos juizes e o porquê de se degladiarem sem qualquer razão de ordem ideológica; sobre o motivo gerador de ciúmes de protagonismo, etc.

Feito este diagnóstico sem hipocrisias, os juizes estariam em condições de responder eficazmente aos desafios com que viessem a ser confrontados. A sedimentação do caminho a trilhar seria feita com outro empenho e galvanização e permitiria dar passos seguros e firmes em prol do progresso e do desenvolvimento da Justiça em Portugal.

Se isto nunca for feito certamente que o mundo não acaba mas os juizes continuarão à procura desse caminho, cada vez mais angustiados e rodeados por um manto de solidão e frustração com lacunas que atrofiam o coração

e a alma das várias gerações de magistrados judiciais que se vão sucedendo.

Embora reconheça o interesse pelo tema não é preciso realizar um congresso para se saber qual é o retrato que a opinião pública faz dos juizes.

O grande tribunal da opinião pública, que é na maioria das vezes insensato, irresponsável e interesseiro, é injustamente severo para com os juizes que são a face visível e o elo mais fraco do sistema judicial.

A opinião pública, muitas vezes, não fala pela sua voz nem pensa pela sua cabeça. Outros se encarregam de fazer chegar a visão que interessa no momento. Face ao estado em que se encontra a justiça, em que é diminuta a quota parte de responsabilidade dos juizes, estes não se devem preocupar com a opinião pública, se não mais vale desistirem e abandonarem o barco deixando o almirante “afogar-se” sozinho.

Ao fazermos estas reflexões e ao transmitirmos as preocupações que desde sempre têm sido o leit motiv da nossa actuação, não pretendemos retirar em absoluto a validade e o interesse dos congressos dos juizes. Mesmo com todas as vicissitudes apontadas vale sempre a pena realizar congressos e, se outro interesse não existisse, restaria sempre aquele que permite ao juiz, pelo menos uma vez de quatro em quatro anos, desabafar e dizer o que lhe vai na alma.

As críticas delineadas não se fundamentam em revivalismos passadistas nem em elitismos classistas. O propósito foi lançar o repto para a discussão de outras temáticas, para alertar os espíritos adormecidos e para liquidar os efeitos perversos do “day after” dos congressos.

Se o tivermos conseguido é porque o mundo não é tão negro, dando assim por bem empregue o tempo despendido com estas reflexões e preocupações.

Bem hajam.



■ Renato Barroso
(Juiz de Direito)

Acorda a Opinião Pública

- PROGNOSE DE UM CONGRESSO DE JUÍZES – Aveiro 8, 9 e 10 Novº 2001

1. Relatório

Reuniram-se os Juizes portugueses entre 8 e 10 de Novembro, em Aveiro, para discutirem, em Congresso, o tema **Justiça e Opinião Pública**.

O Congresso, teve honras inaugurativas por parte de Sua Exª, o Srº Presidente da República, o qual, na sua qualidade de Mais Alto Magistrado da Nação, se pronunciou, com autoridade, sobre as sempre delicadas relações entre a *Justiça e a Opinião Pública*.

Igualmente na abertura desta Reunião, Sua Exª, o Srº Ministro da Justiça, teceu abalizadas considerações sobre a matéria em aferição.

No evento, foram ainda proferidas inúmeras intervenções de Juizes, que analisaram, sob diversas perspectivas e por diferentes ângulos o tema em referência, debatendo-o, como habitualmente, com profusão de ideias e argumentos.

Também outros operadores judiciários, designadamente, Advogados, tiveram oportunidade de expressar as suas visões sobre o tema que presidiu ao mencionado Congresso.

O Encontro foi acompanhado pela generalidade da Comunicação Social, a qual deu particular atenção às intervenções do Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Por fim, após três dias de amplo, plural e aceso debate, foram elaboradas inúmeras conclusões, retiradas como síntese de toda a panóplia de intervenções produzidas ao longo dos trabalhos, conclusões estas, que foram aprovadas por uma esmagadora maioria dos juizes presentes.

Nada obsta ao conhecimento de mérito.

2. Matéria de Facto

Findo o Congresso dão-se por assentes, no que toca às relações entre a **Justiça e a Opinião Pública**, os seguintes factos:

2.1. A Justiça é vista pelos cidadãos portugueses como uma actividade em crise, a necessitar de reformas urgentes.

2.2. Grande parte da população portuguesa declara não confiar na Justiça do seu País.

2.3. A maioria dos portugueses pensa que a Justiça em Portugal é burocrática, lenta, cara, protege os poderosos e os grandes grupos económicos, em detrimento dos pobres e das pessoas singulares.

2.4. Na última década, têm sido inúmeros os artigos de jornal, noticiosos e de opinião, sobre o Estado da Justiça em Portugal, tema igualmente debatido, por intervenientes de diversas áreas, na Rádio e na Televisão.

2.5. A opinião da Opinião Pública, ao longo destes últimos dez anos, tem sido veiculada através de sondagens, programas televisivos e entrevistas efectuadas à porta dos Tribunais, às partes envolvidas nos processos a que tais reportagens respeitam.

2.6. Alguma Comunicação Social, quer escrita, quer televisiva, acompanha, de perto, determinados processos, em que a gravidade dos factos em causa, a sua dimensão, importância, ou, a natureza pública das pessoas neles envolvidas justifica a cobertura judicial, quer a nível informativo, quer ao nível da Opinião jornalística.

2.7. Em tais artigos informativos, observa-se, inúmeras vezes, que as referências ao processo e às suas particularidades padecem de erros e incorrecções, quer de linguagem, quer a nível substantivo.

2.8. *A opinião da Opinião Pública é, por diversas vezes, influenciada pela vivência pessoal do inquirido com a Justiça, quer como interveniente não directo, como por exemplo, na qualidade de testemunha, quer na forma como aquela decidiu o seu processo.*

Da discussão da Causa da Justiça operada no aludido Congresso, resultaram ainda provados os seguintes factos:

2.9. Em todos os anteriores Congressos dos Juizes Portugueses foram elaboradas conclusões sobre as relações entre a **Justiça e a Opinião Pública**.

2.10. Há dez anos a esta parte, que a dinâmica dessas relações, designadamente, entre a **Opinião Pública** e a **Justiça**, não sofre alterações de vulto, sendo aquela que se descreve supra de 2.1. a 2.5.

2.11. Mais de metade dos processos pendentes nas Varas Cíveis de Lisboa e Porto, tem como Autores ou Exequentes, Bancos, Seguradoras, Empresas de Locação Financeira, Sociedades de Leasing e Empresas de Telecomunicações.

2.12. As Varas Criminais de Lisboa estão, em média, a marcar Audiências de Julgamento para dois meses.

2.13. Os Juizes, na sua grande maioria, têm como principal preocupação a celeridade das suas decisões.

2.14. Os Juizes são avaliados periodicamente por Inspectores nomeados pelo Conselho Superior da Magistratura, sem que se cumpram critérios objectivos de inspecção, quer a nível temporal na realização das Inspeções, quer no carácter substantivo das mesmas.

2.15. A esmagadora maioria dos Juizes, pensa que os resultados das Inspeções são fundamentalmente aleatórios, dependendo, em concreto, do critério do Inspector que a realizou.

2.16. Existe, em muitos domínios da sociedade portuguesa, a convicção que os Juizes são uma classe corporativa, expressa na actuação do seu órgão de controle, o Conselho Superior da Magistratura.

Do Congresso, não resultaram provados os seguintes factos:

- Que as reformas empreendidas na Justiça pelo Poder Executivo, tenham contribuído para alterar a opinião mencionada em 2.1.;

- Que a Justiça em Portugal, designadamente, a justiça cível, não seja burocrática, lenta e cara, protegendo os poderosos e os grandes grupos económicos;

- Que a forma de tratamento jornalístico

aludida de 2.4. a 2.6. seja reveladora do essencial domínio, quer da terminologia jurídica, quer da dinâmica processual, quer ainda, da natureza dos diversos operadores judiciários.

- Que existam nos principais Tribunais do País, na Associação Sindical dos Juizes Portugueses ou junto do Conselho Superior da Magistratura, Gabinetes de Imprensa;

- Que tenham ocorrido alterações significativas na situação da Justiça Portuguesa nos últimos dez anos;

- Que a diminuição da distribuição ocorrida nas Varas Cíveis de Lisboa e Porto em Setembro de 1999 tenha contribuído, de forma sequer sensível, para os elevadíssimos níveis de pendência processual dessas Varas;

- Que existam, na prática inspectiva, critérios objectivos de aferição dos Juizes;

- Que se tenha feito a distinção entre Inspeções Regulares ou de Mérito e Inspeções Disciplinares;

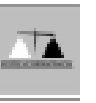
- Que a actuação concreta do Conselho Superior da Magistratura, ao longo dos anos, tenha contribuído para diminuir a ideia referida em 2.16.

A convicção da Opinião Pública na fixação desta base factual, quer no domínio dos factos provados, quer no âmbito da factualidade não apurada, assentou na apreciação crítica de todas as intervenções produzidas no mencionado Congresso, provenientes de autorizados operadores judiciários e de respeitadas figuras da Nação, que depuseram, por isso, com vasto conhecimento dos factos, denotando ainda, reconhecida clareza de raciocínio e assinalável isenção, na análise da matéria em discussão.

Relevaram também, todos os documentos juntos, nomeadamente, os produzidos pela Comunicação Social.

Nesta sede, avultaram os artigos de cariz informativo e, *máxime*, os artigos de Opinião, produzidos por reconhecidos analistas, capazes de opinarem, com legitimidade e sapiência, por assuntos tão díspares, como o Futebol e os atentados terroristas, passando pela Justiça e pela Saúde.

Por fim, foi ainda valorada a própria sensibilidade da Opinião Pública, influenciada



pelo dia a dia dos Tribunais e pelo contacto dos cidadãos com a máquina judiciária.

3. Matéria de Direito

Expostos os factos, torna-se simples e evidente a subsunção jurídica, sem necessidade de prolongados ou especiais considerandos de direito.

É conhecida a crise da Justiça em Portugal, sendo tal crise um dado adquirido e assumidamente aceite, seja pela **Opinião Pública** ou pela Comunicação Social, seja pelos operadores judiciários ou por quem tem responsabilidades no destino do País.

São inúmeras as causas dessa crise, mas a análise daquelas, para além de não se mostrar necessária à presente decisão, ultrapassa largamente o seu estrito âmbito.

É também há muito consabidamente reconhecido que o atraso atávico do País decorrente do regime anterior originou, na desejada recuperação económico-social, um aumento exponencial da litigiosidade e da criminalidade.

Esse aumento, desacompanhado dos necessários ajustamentos no quadro dos Juizes, a que acresceu a ausência das competentes reformas processuais, nomeadamente, na área da jurisdição cível, provocou o arrastamento dos processos judiciais, o qual, nas áreas urbanas ou de maior explosão demográfica, conduziu ao *afundamento* dos principais Tribunais do País.

Desta modo, foi-se generalizando a ideia de uma Justiça lenta, burocrática, ineficaz, que não satisfaz os interesses em nome de quem é administrada e para quem se dirige: os cidadãos.

Por outro lado, as regras de organização económica em que a sociedade portuguesa se tem vindo, paulatinamente, a transformar, criam no cidadão comum, na pessoa singular que uma ou duas vezes na vida tem de inter-agir com os Tribunais – na qualidade de autor ou de réu – a convicção que a mesma, na sua prática diária, consciente ou inconscientemente, favorece os poderosos, os fortes, aqueles que através de bons advogados se servem de todos os expedientes processuais para dilatar, temporalmente, um processo.

Essa noção – certa ou errada, pouco importa agora discutir – estende-se ao domínio criminal, onde prevalece a noção que só os *desgraçados*, os que não têm onde cair mortos, é que são apanhados nas malhas da Justiça, já que esta se mostra incapaz de prender, julgar e condenar os ricos e a denominada criminalidade de *colarinho branco*.

Está é, a opinião que a maioria da **Opinião Pública** tem da **Justiça**, como aliás decorre da factualidade apurada e que supra se descreveu.

Por outro lado, importa não olvidar que para tal opinião muitas vezes contribui uma Comunicação Social pouco esclarecida, dominando mal a terminologia judiciária, errando com frequência na informação da dinâmica processual, o que consubstancia, verdadeiramente, uma desinformação do judiciário perante os cidadãos.

Nessa medida, há muito que se discute em Portugal, com especial acuidade nos Congressos dos Juizes Portugueses, a necessidade de criar uma forma de relacionamento com a Imprensa, onde os denominados processos meditáticos, ou quaisquer outros que tenham expressão na Comunicação Social, mereçam o devido tratamento informativo, não por parte dos Juizes individualmente considerados, mas através de uma entidade vocacionada para o efeito.

Todavia, como resulta da matéria de facto não provada e que acima se enunciou, inexistia ainda esse Gabinete de Imprensa, cuja imperiosidade aumenta na exacta proporção das prestações televisivas dos Juizes portugueses, nas quais, é notória a dificuldade de empatia com as câmaras.

Neste domínio aliás, será de concluir que os Juizes não têm uma especial aptidão para se relacionarem com a Imprensa, o que mais reforça a necessidade de criação daquele Gabinete, com pessoas com formação específica para esse tipo de relação.

Por outro lado, há muito que a pendência processual nas Varas Cíveis de Lisboa e Porto, especialmente naquelas, ultrapassa os limites da decência e do aceitável.

Tem sido matéria amplamente discutida em vários fóruns, com especial destaque, como é óbvio,

para os Congressos dos Juizes, afinal, também eles, *vítimas* dessa realidade.

Contudo, mau grado as inúmeras propostas feitas no sentido de alterar tal situação e das medidas legislativas operadas, a factualidade é a que acima se disse (Cfr. 2.11), ou seja e dito por outras palavras, os Juizes que exercem funções em tais Tribunais mais não são, na prática, que *funcionários qualificados* dos grandes grupos económicos do País, ou seja, dos Bancos, das Empresas de Telecomunicações e da sociedades que lhes estão associadas, como Companhias de Seguros, Empresas de Locação Financeira e Sociedades de Leasing.

Em sentido contrário, apesar de há vários anos se conhecer o óptimo funcionamento de alguns Tribunais - como se expôs em 2.12. – não se vislumbra que se tenham recolhidos quaisquer ensinamentos desses bons exemplos.

Todas estas matérias têm vindo a ser, sucessivamente analisadas e dissecadas ao longo dos anos, como resulta das conclusões elaboradas nos Congressos dos Juizes Portugueses.

Ano após, ano, argumento após argumento, Governo após Governo, reforma após reforma Código após Código, tudo está, no essencial, na mesma.

Igualmente reveladores desta *doce estabilidade*, são os factos descritos de 2.14. a 2.16.

Como bem se sabe, continuam por criar critérios objectivos de Inspeção, continua sequer por definir um modelo de Inspeção ou que modelo de Inspeção faz sentido ter, se apreciativa do mérito e com natureza disciplinar, ou se apenas relativa a um destes dois domínios.

Como corolário lógico deste cenário, surge nos Juizes, fundadamente, a ideia do carácter aleatório das notas da Inspeção, da sorte ou do azar em *ter calhado* este ou aquele Inspector.

Por fim, vários são os exemplos de Juizes em que a absoluta inadequação à função é manifesta, seja pela ausência de produtividade, seja por comportamentos patológicos a merecerem a devida sanção disciplinar.

Todavia, ao longo dos anos, o Conselho Superior da Magistratura, para além de não ter sido uniforme e coerente no exercício do seu poder disciplinar, não o tem exercido, nas situações supra referidas de evidente inadequação à função, com o rigor e a dureza que elas exigem.

Desta forma, contribui-se, crê-se, para a convicção na *Opinião Pública*, que os Juizes constituem uma classe corporativa, em que se *protegem uns aos outros*.

Todas estas matérias têm sido, como se disse, alvo de ampla e pública discussão, designadamente, como se disse, nos Congressos dos Juizes Portugueses.

Também o foram no último, realizado em Aveiro e do qual respeita a presente decisão.

Congresso após Congresso, conclusões após conclusões, nada de essencial mudou, na imagem que a **Opinião Pública** tem da **Justiça**.

Vale pois a lição de Conde de Salinas, pela pena de Lampedusa no seu livro *Il Gattopardo*, imortalizado no Cinema por Luchino Visconti « É preciso que as coisas mudem para que fiquem na mesma ».

Assim será o teor da presente decisão.

4. Decisão

Pelo exposto,

A **Opinião Pública** decide que as suas relações com a **Justiça** têm de mudar e em consequência, aprova as conclusões elaboradas no Congresso dos Juizes Portugueses realizado em Aveiro, de 8 a 10 de Novembro de 2001.

Sem custas.

Notifique e Registe.

Conselho Superior da Magistratura – O primeiro diagnóstico



Luís António Noronha Nascimento (Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura)

Numa época em que o “judiciário” se tornou um dos temas recorrentes do debate mediático, mostra-se essencial definir e elencar as prioridades que poderão ajudar ao desbloqueio dos problemas com que ele se defronta.

Nessa medida, e como membro do Conselho Superior da Magistratura, diria que a este órgão de gestão da judicatura se colocam, no essencial, as seguintes questões:

Primeiro – Há que obter a curto prazo uma lei de organização dos serviços do próprio Conselho Superior da Magistratura.

Temos um Conselho com uma estrutura constitucional avançada que obstaculiza, simultaneamente, à sua corporativização e à sua partidarização, mas que mantém uma orgânica interna antiquada, embrionária e incapaz de fazer face às necessidades que se colocam a um órgão deste cariz.

Dotar o Conselho Superior da Magistratura de serviços de apoio minimamente dimensionados e fiáveis que o tornem um verdadeiro órgão de política judiciária, é uma manifesta prioridade; ademais, a anunciada declaração de inconstitucionalidade do Conselho dos Oficiais de Justiça agudizará o problema, exponenciando-o a níveis que se tornarão intoleráveis.

Segundo – A entrada do Conselho Superior da Magistratura – e com ele dos juizes – na rede judiciária europeia é outra das prioridades inadiáveis.

Criar-se uma rede nacional, em ligação ao “réseau” comunitário, de onde o Conselho é excluído é algo de inadmissível e que terá que ser, rapidamente, rectificado.

Terceiro – A formação dos juizes terá de ser modificada.

Não faz sentido que se mantenha uma formação conjunta de juizes e magistrados do Ministério Público durante dois anos quando, afinal, as carreiras estão separadas e as funções de ambas são materialmente diferentes.

Dar formação igual a coisas diversas não cumpre sequer a exigência de base do princípio da igualdade.

Há que alargar o leque de disciplinas na formação específica dos juizes, há que diferenciar desde o início (ou quase do início) a formação dos juizes e dos magistrados do Ministério Público e há que dar um tónus reforçado ao período de estágio na formação do juiz.

Por outro lado, introduzir, de novo, na lei a

possibilidade de cursos especiais de formação de magistrados judiciais, é algo que se mostra fundamental para – em momentos de desequilíbrio – fazer face a situações de pré-ruptura.

Quarto – Por fim, temos o excesso de pendências nos tribunais portugueses.

Perante a orgânica judiciária que existe, faltam neste momento entre 150 e 180 juizes. E para tanto não contamos com os possíveis efeitos benéficos que a reforma da acção executiva pode trazer (e que se notarão, quando muito, em 2004) nem com os benefícios dos julgados de paz e do sistema de mediação (que, a provarem, só se reflectirão nos tribunais comuns para além daquela data).

A primeira instância tem um déficit de 70 a 80 juizes; a segunda instância um déficit de 25 a 30 juizes; a média anual de jubilações orçará os 50 a 60 juizes; uma bolsa de juizes a funcionar correctamente a nível nacional (e não por distritos) e com um estatuto remuneratório a condizer, pressupõe um número ideal de 30 juizes.

Dá a necessidade que tivemos em propôr ao Executivo a antecipação de opção nos cursos que entraram no Centro de Estudos Judiciários em 2000 e 2001; opção antecipada que permitirá a antecipação do fim da formação sem perigar o período de estágio que reputamos essencial.

Tal medida permitir-nos-ia ter, em 2002, um conjunto de 130 novos juizes; condição que reputamos inegociável para evitar a ruptura dos tribunais portugueses durante esse ano.

Se conseguirmos a reinstalação dos cursos especiais a curto prazo, talvez nos seja possível ter, em 2003, um novo conjunto significativo de juizes (entre 80 e 140) que nos permitirá propôr ao Executivo uma nova orgânica judiciária de molde a evitar definitivamente a vida profissional sobrecarregada dos juizes portugueses.

Como medida complementar, a sangria de juizes para a jurisdição administrativa terá que ser estancada; e a utilização dos assistentes judiciais (lei que está para promulgação) ou do funcionário privativo serão os meios imediatos disponíveis enquanto a ratio ideal de juizes não for reposta.

Estas são, como salientámos, as prioridades imediatas a afrontar. Outras existem também, talvez não tão prementes.

Oxalá consigamos realizá-las como pretendemos.



■ Nuno Coelho
(Juiz de Direito)

SYNTAXIS E NEOPOI

Num tempo histórico definitivamente marcado, nos seus aspectos mais simbólicos e políticos, pelo factor da mudança, tanto ao nível local como global, e em que um novo cenário de crise se abre no contexto mundial devido aos trágicos e bárbaros acontecimentos nos Estados Unidos da América, porventura não seria de todo errado pensar que as antigas definições e as velhas fórmulas clássicas, que fazem parte da nossa cultura ocidental, podem vir a ser repensadas e surgir até como referenciais de um certo renascimento das ideias e da racionalidade. Mormente num contexto, como o da Justiça, que não pode continuar divorciado da evolução da cultura política e da transição paradigmática em que nos situamos.

Os acontecimentos que marcam as viragens da história trazem consigo uma incisiva consciência de que, logo à partida, é essencial a incorporação das questões prioritárias e verdadeiramente importantes no discurso de análise ou de explicação dos fenómenos perturbantes, e isto segundo apurados padrões de arrumação ou de encadeamento, na atenção às prioridades devidas, sob pena de sobrevir o caos e a desordem.

Depois, a urgência de uma nova política e de um novo discurso contém em si, do mesmo modo, a indispensabilidade da construção de novos conceitos e de novas ideias, de novas sínteses criativas.

Assim, por *syntaxis* e *neopoiesis* temos dois tipos de argumentos ou de ideias-força (outros diriam *pilares*) que visam encontrar uma lógica responsável de reforma da Justiça, em que, por referência a uma geografia mais geral, as tensões suscitadas entre os caudais da autoridade reguladora e da emancipação possam confluir para uma lógica de libertação racional da pessoa e do género humano, ou seja de libertação jurídica do indivíduo, o que é o mesmo que dizer com a marca teleológica do direito. No fundo na realização dos pressupostos da razão pública que encima a vida da democracia e da república e, por essa via, do próprio sistema judiciário. Trata-se, aqui, de eleger incondicionalmente este princípio axiológico fundamental ao lugar cimeiro da ordem jurídica de qualquer Estado de Direito (material): a dignidade da pessoa humana, a sua intocabilidade e a consequente obrigação de a respeitar e a proteger.

O termo grego *syntaxis*, que em sentido literal exprime ordem (*taxis*) por conjugação de elementos (*syn*), ou seja “co-ordenação”, designa em contexto militar o grupo armado em posição ordenada de combate; a tática (*taxis*) identifica-se, aí, com a arte de dispor ordenadamente as tropas no terreno de batalha.

Por outro lado, o outro termo grego, *neopoiesis*, que se encontra assumido na teoria política de Aristóteles por contraposição às definições de revolta (*stasis*), guerra (*polemos*) e revolução (*metabole*), como designando a reforma ou a renovação do aparelho público-administrativo, pode ser referenciado, mais arreadamente, a um dado *quid* re-criador ou *neoprodutor*, pelo qual se pode obter uma alteração substancial, uma renovação situacional, sempre na dependência de actos

criativos consistentes ou devidamente sustentados nas estruturas vigentes essenciais. Aqui se afastando, esta noção, da realidade contraposta da *revolução*, entendida esta como mudança de conteúdo mais radical, de alteração do sistema global da sociedade, geralmente associada a um golpe de Estado com o uso da força ou da violência.

Qualquer actuação reformadora não pode pois andar divorciada de uma preocupação projectiva, de uma concepção e de uma organização dos meios e das técnicas indispensáveis à alteração de um *status quo* crítico. Sem esquecer que é nos conceitos sofisticados, rigorosos, bem elaborados (próprios de uma atitude *high-concept*), que mesmo os que não beneficiam de uma grande amplitude de meios ou técnicas (*high-tech*), podem buscar a sua diferença específica, a sua mais-valia, surpreendendo no terreno da competição ou mesmo da batalha.

Apretendida reconstrução do projecto judicial reivindica, neste termos, um grau optimizado de eficácia, com um enunciado de concepções organizativas e de uma renovada confecção de métodos de trabalho, em que o factor inventivo ou a imaginação se encontrem sempre complementados com uma capacidade responsabilizante do saber olhar e compreender a realidade.

Serve isto para dizer que uma atitude de autêntica *reforma* não pode ser confundida com uma confusa, atribiliária e sucessiva utilização de meios ou de instrumentos (sobretudo os de mais fácil ou rápida manipulação - v.g. as alterações legais -), sem qualquer articulação fundamentadora de ideias, de concepção e de organização. Sabendo-se, sobretudo, que a economia dos meios também demanda escolhas ponderadas dos recursos disponíveis e uma correcta implementação de indispensáveis ferramentas de leitura da realidade em análise.

É que na razão contrária ao número de intervenções em que os responsáveis pela nossa vida judiciária proclamam e amplificam que o diagnóstico da crise da Justiça portuguesa se encontra realizado, percebe-se, por via de uma perspectiva mais ponderada, que a estrutura judiciária portuguesa ainda padece não só de um incorrecto posicionamento institucional como de uma quase endémica ausência de instrumentos de leitura (não obstante a valia dos estudos exploratórios já encetados) que permitam realizar o despiste completo dos problemas estruturais, funcionais e organizativos da administração da Justiça em Portugal.

Sabe-se que esta administração judiciária se baseia numa competência partilhada, e que, nesta, são sobretudo conjugadas as vertentes da divisão de poderes, das legitimações político-constitucionais e das alterações sócio-económicas. Raramente se estabelece que no plano ético, no domínio das vontades e dos valores, a responsabilidade social, neste domínio do judiciário, também deve ser partilhada, e que as exigências éticas actuais deixaram de reenviar para o futuro as consequências da mudança, passando a ditar a urgência do presente e a imputação de cada indivíduo e de cada instituição de *per si*, tomando-os por isso muito mais responsáveis pelas consequências do *aqui e agora* dos seus actos. Um saber e uma compreensão que entronca numa assunção pessoal e

individual da realidade enquanto tal (*phronesis*), mas em que, por via dessa mesma natureza humana, passa a ser essencial a compreensão da alteridade (*synesis*), o discernimento de saber julgar com equidade e prudência a situação do outro.

Essa partilha de responsabilidades tem de ser arcada por todos: políticos, legisladores, governantes, e, também, juizes, não querendo com isto fazer abdicar quem quer que seja da sua dignidade estatutária, da sua condição profissional, social ou política. Desde logo concluindo - agora falando sobre o nosso domínio - que os juizes, na sua dimensão colectiva, têm de passar, de uma vez por todas, a assumir uma responsabilidade de pendor *auto-organizativo*, colmatando destarte a intrínseca *passividade* dos Tribunais, enquanto instituições, e a natureza atomizada do seu quotidiano decisional.

Embora escasseiem, na linha da estreiteza generalizada acima exposta, os estudos empíricos sobre a cultura organizacional da magistratura judicial portuguesa, não será difícil intuir (maxime por quem se situa *dentro* do sistema) que perpassa ainda pelo corpo de juizes portugueses uma padronização do desempenho e da responsabilização basicamente funcionalista, hostil à integração do mérito na avaliação profissional em detrimento de uma hipervalorização da “antiguidade” e da “experiência”, e em que os mecanismos de solidariedade e coesão interna se bastam pela utilização de esquemas elementares e redutores sempre sujeitos a uma progressiva e nítida degradação. O contexto profissional dos juizes portugueses, composto dos seus *habitus*, da sua mentalidade, memória e identidade, denota, efectivamente, pouca tradição de debate ou de debate com qualidade além de um perfil pálido de intervenção no terreno cultural e social (em antagonismo até com outras experiências comparadas). E como não podia deixar de ser, o sistema judiciário ressentido-se desta generalizada apatia, sendo que o alheamento da magistratura do terreno social tem sempre consequências ao nível da descredibilização da Justiça.

A prioridade da componente da cultura, da *cultura judiciária*, que entronca nas delineadas exigências do saber e da compreensão de conteúdo ético, é pois, a todos os níveis, uma constatação incontornável e indispensável.

Por mais acertadas (do ponto de vista científico e técnico) que fossem as opções das reformas da organização judiciária, dos modelos de governo do poder judicial, do estatuto das magistraturas e das outras profissões forenses, dos sistemas processuais, da gestão dos recursos humanos e dos meios técnicos, faltando esta dimensão valorativa essencial do relacionamento humano e profissional, temos também como certo que nenhuma reforma ou solução poderia vingar com alguma adesão e eficácia. Mais, as más opções de reforma ou as más políticas judiciais

radicam sempre, como se vê, numa ausência de apetrechamento cultural.

Basta mencionar que a vida humana se compõe de uma conjugação sincrética de *lógicas* racionais, económicas, táticas, estratégicas; mas também comunicacionais, expressivas, afectivas e emocionais. Basta recordar a natureza essencialmente *comunicacional* do homem, da sociedade e do direito. Basta relembrar, agora no plano de representação do jurídico, a interiorização social dos valores da vida, da integridade física, da intimidade privada, da honra, da justiça retributiva e distributiva; de crença no rito ou na forma processuais e na imparcialidade do julgamento e da possibilidade de recurso.

Na verdade, as concepções sociais, os referenciais valorativos por estas divulgados e o



memorial das raízes culturais tem um poderoso efeito de confirmação *emblemática* da tutela judicial.

Passámos de um paradigma de *juiz* sensível ao modelo *liberal-legalista*, revestido na idiosincrasia portuguesa do Estado Novo com as notas de um sacerdócio, para um modelo *técnico-burocrático* vigente na maior parte dos Estados de Direito democráticos mas com a particularidade de um *deficit* relevante de vivência democrática, no quotidiano das instituições judiciárias e das pessoas que as actuam, e de uma perda de referenciais próprios da nossa identidade.

Quais os padrões de identidade que passámos a assumir? Embora esta questão fique quase sempre no campo das hipóteses e das opiniões a verdade é que o lastro dos valores e símbolos que gorgitam do debate respectivo são vitais

UMA LÓGICA RESPONSÁVE



TESIS

para a sustentação e a auto-reprodução do sistema judicial. Os seus elementos actuam em vários estratos de interacção mas sempre numa determinada estrutura de grupo e segundo certos padrões organizativos de onde se retiram, para além do contexto organizativo-formal, a pretendida *identidade colectiva*.

Daí que seja de lastimar a forma como os juízes, enquanto classe ou corpo (podíamos dizer na sua dimensão colectiva ou de *dikasterion*), têm deixado perder consecutivas oportunidades para suscitar a mudança, não apostando em propostas efectivamente renovadoras - personalizadas por quem quer que seja - e condescendendo com um reconhecido ambiente nefasto onde dificilmente conseguem singrar as escolhas mais

e princípios que devem presidir às soluções dos problemas suscitados?

Mensagem que serve, em primeira mão, para aqueles colegas juízes que ainda (sobre) vivem de uma certa “*ilusão magistral*”, sustentando-se no seu próprio vazio profissional e aceitando uma prática quotidiana desenquadrada das várias constelações culturais vigentes.

De facto vivemos - todos nós juízes - num tempo que nos tiraniza, baseado num presente estéril, sem memória e sem projecto. Sem a fecundidade recíproca daquilo que Reinhart Koselleck chamou de “*campo de experiência*” e “*horizonte de expectativa*” (vd. “*Le Futur Passé - Contribution à la Sémantique des Temps Historiques*”, tradução do original alemão, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales”, Paris, 1990, 307).

A reconstrução e o fomento da cultura judiciária não são, por isso, preocupações próprias de alguma elite letrada ou profissional, antes o caminho do encontro do universo dos juízes com a sua identidade colectiva, com a sua memória, com os valores que permitem, no fundo, a autonomia e a integridade do sistema judiciário.

Assim, a *independência jurisdicional* deve ser encarada, principalmente, como um facto cultural, mais do que institucional, tendo a ver com factores múltiplos e variados, tais como a sucessão de gerações, a inexistência de filtros políticos e a luta de sectores da magistratura contra os antiquados centros de poder, internos ou externos. Mas, não esquecendo, que entre esses factores se encontra, também, a vivacidade intelectual e política das associações de juízes e a pluralidade de instituições de análise e estudo das múltiplas vertentes judiciais.

A *independência* para existir realmente tem de ser cultivada quotidianamente, na formação inicial e permanente dos juízes, nos espaços de reflexão e de debate, no quotidiano judiciário, nas pré-compreensões jurídicas, na forma como se guarda a memória, no relacionamento humano, etc.. A existência da cultura judiciária marca mesmo a diferença entre uma justiça de submissão ou de emancipação relativamente ao poder político.

Intimamente ligada com a assunção de uma cultura democrática de responsabilidade, como deixámos atrás afirmado, anda a preocupação de uma renovada filosofia *organizacional* em múltiplas áreas: governo da magistratura judicial, vida associativa, reforma da organização judiciária, reforma processual, gestão dos recursos humanos e técnicos.

Destacam-se, nesta vertente, os problemas de índole estrutural, atinentes ao governo ou autogoverno do poder judicial, ao estatuto dos juízes, das demais magistraturas e dos advogados, bem como à gestão funcional e social dos tribunais.

Neste domínio surgem como indispensáveis a implementação de estruturas de acompanhamento e de apoio, nos vários níveis da actividade judiciária:

- aos juízes, individualmente considerados, enquanto suportes pessoais do sistema judicial, ainda submetidos a um verdadeiro artesanato profissional (assessorias; gabinetes privativos; secretariado; secções judiciais funcionalmente dependentes; infra-estruturas técnicas; fontes de informação; etc.);

- aos órgãos de governo e de gestão da magistratura judicial (implementação de uma orgânica interna; gabinete de estudos e de consulta; gabinete de imprensa; gabinete de estatística e de recursos humanos, dos Conselhos Superiores de Magistratura);

- à vida associativa (v.g. núcleo de coor-

denação, de organização e de logística; gabinete de estudos; gabinete de comunicação social; isto numa próxima reforma estatutária da ASJP, além de outras medidas de defesa e estímulo da solidariedade e coesão dos juízes portugueses);

- à vida inter-institucional (criação de polos de discussão ou de debate, mesmo com cariz associativo, aberto a todos os profissionais do foro, aos académicos, às universidades, aos investigadores que se debruçam sobre a temática da justiça).

Juntamente com estas vertentes ter-se-á de considerar a acessibilidade, a tempestividade e a eficácia dos sistemas de justiça, coordenando a dimensão da reforma legislativa, da reforma administrativa e das condições materiais e logísticas: métodos informais de conciliação, arbitragem e conciliação, abrangência do apoio judiciário e das custas, julgados de paz, tribunais de execução, instrumentos de delimitação do volume de serviço, rede de auxiliares de justiça e de estruturas de apoio, infra-estruturas técnicas, todas elas realidades a merecer um especial esforço de planeamento e de racionalização, arrancando os projectos e as propostas do nível meramente artesanal e amador em que se encontram.

Ora, neste ponto, é sabido que o tempo tem corrido contra os juízes que, por todas as razões invocadas, têm sido completamente “ultrapassados” pelo esforço organizacional não só da magistratura do ministério público, como especialmente do poder executivo, enquanto administração judiciária, tudo isto complementado com a relativa indiferença ou desconhecimento do poder político-legislativo no que respeita à implementação de reformas ou medidas indispensáveis para uma verdadeira autonomização e independência dos Tribunais.

A que conduzirá, senão a um fenómeno de *reapoderamento* do aparelho judiciário por parte do executivo (a expressão é de Juan Montero Aroca, in “*Independencia y responsabilidad del Juez*”, Editorial Civitas, Madrid, 1990, 137/146), o crescente robustecimento da orgânica interna do Ministério da Justiça (vd. o DL 146/2000 de 18/7 e toda a subsequente regulamentação legal e administrativa) face ao definhamento crescente das estruturas judiciárias, mormente dos seus Conselhos Superiores, transformados em meros órgãos de gestão burocrática, empenhados no caudal inesgotável de expediente, e sem meios, estruturas ou quadros para poderem intervir como verdadeiros órgãos de política judiciária.

Esta área de tensão dialéctica entre o *autogoverno* dos juízes e o executivo da administração judiciária passa muito pelas especificidades e pela complexidade ditadas pela repartição constitucional de competências no que respeita ao domínio do judiciário, pois o exercício da função administrativa no sector da justiça pode interferir directa ou indirectamente com o exercício independente do poder jurisdicional. E aqui não se pode estranhar que a coberto de uma ideia de reforço da interdependência o Ministério da Justiça venha a dilatar a sua zona de acção e a intensificar a sua influência, procurando alterar o equilíbrio da administração da justiça, agora mais em consonância com modelos comparados onde persiste uma maior preponderância ou peso dos respectivos executivos.

Sinal inequívoco das distorções causadas por esta abstenção dos juízes relativamente a um papel que se pretendaria empenhado na organização da administração judiciária, é a política que vem a ser seguida de aumento sistemático dos seus quadros, sem que isto seja acompanhado de uma leitura credível da realidade judiciária, desde logo pela inqualificável ausência de mapas ou grelhas indicadoras da *ratio* “número de pendências / juiz” (em Espanha designam-se por “módulos de carga de trabalho” estes índices de delimitação do serviço) que tivessem em conta, descritivamente, a categoria hierárquica dos Tribunais (Supremos Tribunais,

Tribunais de 2ª Instância e Tribunais de 1ª Instância), a sua localização geográfica, o seu eventual desdobramento em juízos, varas ou secções, e a sua correspondente competência genérica, especializada ou específica. Tudo isto interligado com uma revisão séria dos critérios de realização das estatísticas judiciais que não sobrevivem a uma análise mais atenta nas suas incongruências e descoordenações.

O excesso de pendências não se pode combater a troco de uma política irracional de gestão de recursos humanos, mas sim com um ponderado equilíbrio entre a produtividade quantitativa, o reforço de meios de apoio para as tarefas de conteúdo material, designadamente do pessoal intermédio, e a implementação de um sistema regulado de acesso aos Tribunais. Mas como conseguir este desiderato sem a imprescindível análise das verdadeiras necessidades do sistema?

Por outro lado, os mencionados índices de delimitação do volume de serviço são essenciais não só para aferir de uma boa distribuição do mapa judiciário (racionalização dos recursos humanos e da distribuição e pendência processuais) como para fixar ou enquadrar os rendimentos orientativos (produtividade) dos juízes colocados em determinado Tribunal ou órgão jurisdicional, dando indicadores objectivos às inspecções judiciais.

Responder cegamente à *inflação processual* com *inflação de juízes* é um caminho seguro à administração do papel do juiz, apesar de tudo cada vez mais empenhado em tarefas meramente burocráticos e empurrado para uma gestão formal dos processos.

Isto enquanto as estruturas associativas dos juízes se desgastam e se demoram em disputas ou temáticas estéreis, sem sequer discutir o essencial ou tomar consciência do óbvio...

Mas, como é evidente, todas as questões específicas levantadas, não deixam de dizer respeito (como pareceria também óbvio...), aos temas fundamentais, mais abrangentes, atinentes à *legitimação*, à *capacidade* e à *independência* do poder judicial, e estas no enquadramento do sistema político democrático actual e no relacionamento entre o desenvolvimento económico-social e a actividade judicial.

Os referenciais de *organização* e de *reforma* que encimam esta análise, em toda a sua extensão de conteúdo, podem ser aglutinados na magistral síntese de Carlo Cattaneo, historiador e filósofo do século XIX, que, depois de esconjurar aquilo que apelidou de “aberrações”, como o totalitarismo utópico, o reacçãoarismo e o fanatismo irracional baseado na violência, formula a seguinte profissão de fé no progresso e no desenvolvimento histórico humanizado: “*No meio dessas aberrações os mais sagazes sabem conjugar a confiança no progresso com a aceitação paciente das suas lentas e graduais fases, mas também com a crítica proporcionada e perseverante que é necessária para o promover. Eles sabem discernir as instituições transitórias e caducas daquelas sem as quais o humano consórcio não se sustenta. Nutrem a generosa persuasão de que o indivíduo não é sempre cego instrumento do tempo, mas uma força livre e viva, a qual pouco a pouco pode desequilibrar a dúbia balança das coisas humanas. Essa escola prática, que estuda o campo da liberdade humana no seio da necessidade e do tempo, deve erguer-se por entre a lógica violenta das doutrinas passadas e o indolente e servil optimismo das doutrinas que se ergueram sobre a ruína daquelas*” (“*Su la Scienza Nuova*” di Vico”, in “*Scritti filosofici*”, organizado por Norberto Bobbio, Le Monnier, Florença, 1960, Vol. I, 99).

Estaremos nós, juízes, à altura dos acontecimentos? Ou estaremos predestinados a despertar, surpreendidos, com um outro qualquer “11 de Setembro”?...

Resta-nos um certo optimismo de início de ano de trabalho...

L DE REFORMA DA JUSTIÇA



Assistentes Judiciais

• Primeiras impressões sobre a proposta legislativa



■ Leonor Barroso
(Juiz de Direito)

Nota positiva para esta iniciativa de descongestionamento do juiz, assim mais livre para tarefas substancialmente jurídicas.

I. Noção geral

Com o objectivo de redução de pendências e cumprimento dos prazos processuais, tem o Governo em preparação um projecto de Decreto-Lei, criando técnicos qualificados - os assistentes judiciais - que irão assessorar o juiz de 1ª instância, libertando-o sobretudo de tarefas ligadas a actos de mero expediente, burocráticas ou materiais.

Estes técnicos, licenciados em direito, estão vocacionados para exercerem funções fundamentalmente em tribunais de pendência elevada, ou, noutros em que se verifiquem situações excepcionais de funcionamento anómalo.

Estarão sob a orientação do respectivo magistrado que coadjuvam, o qual seleccionará o trabalho que estes desempenharão (actos de mero expediente, pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência necessárias à preparação da decisão, elaboração de projectos de decisões, organização de agenda, etc.).

Nota positiva para esta iniciativa de descongestionamento do juiz, assim mais livre para tarefas substancialmente jurídicas.

II. Aspectos controversos/ou a apontar

- É desejável que a breve prazo todos os magistrados sejam dotados de assistentes judiciais, integrando o seu gabinete técnico, e estes não se destinem apenas a resolver situações conjunturais de excesso de pendências e/ou atrasos processuais.

- A questão da selecção dos assistentes

Os assistentes são contratados ou nomeados pelo director-geral da Administração da Justiça, mas sob proposta dos magistrados, exigindo-se como único requisito licenciatura em Direito.

Visa-se a criação de uma relação de confiança entre o magistrado e o respectivo assistente, bem como uma forma de contratação mais célere, fugindo a concursos mais morosos.

Poderá argumentar-se que se trata de forma de contratação subjectiva, sem prévio estabelecimento de critérios objectivos, ao invés do que acontece com o recrutamento dos assessores dos tribunais judiciais da Relação e da 1ª instância.

Estes são recrutados de entre candidatos ao ingresso no CEJ, classificados de aptos, excedentários em relação às vagas existentes, ou de entre oficiais de justiça, licenciados em Direito, com 5 anos de serviço e classificação não inferior a Bom. Depois frequentam, ainda, curso de formação, são graduados por ordem de mérito se obtiverem aproveitamento. E, nessa altura, são ouvidos os respectivos magistrados, antes das colocações pelas entidades competentes.

Ao invés, a lei não impõe ao juiz critérios de selecção do assistente judicial - com excepção da licenciatura - que tem completa autonomia nessa escolha.

É assim aconselhável a criação de meios de responsabilização do juiz na escolha que faz do assistente judicial, embora a renovação da nomeação do assistente esteja sujeita, nalguns casos, à verificação do objectivo de redução das pendências - forma de controle da eficácia do trabalho prestado.

- As condições de contratação/formação dos assistentes

Serão contratados em regime de prestação de serviços, de 1 ano renovável, com caducidade do contrato sempre que o magistrado que coadjuvam cessa funções.

Trata-se de um estatuto muito precário, pouco aliciante, oferecendo fracas contrapartidas e expectativas, entrevendo-se dificuldade em encontrar licenciados de qualidade que aceitem trabalhar em tais condições.

Comparando com o regime dos assessores da Relação e 1ª instância, verificamos que estes são admitidos em comissões de serviço por três anos,

prorrogável por duas vezes, por períodos de um ano, sem perigo de caducidade do vínculo caso o respectivo magistrado cesse funções. Ao fim de três anos de exercício, e boa informação de serviço, têm acesso ao CEJ, mediante quota a reservar na lei que regula o seu funcionamento e aprovação em exame.

Ou, seja, pouca preocupação existe de dignificação do estatuto do assistente judicial.

Por outro lado, os assistentes não têm qualquer prévio curso de formação (ao invés do que acontece com os supra referidos assessores), que garanta um mínimo de conhecimento prático do processo, que domine, designadamente o despacho de mero expediente, ou outras peças mais correntes, de modo a poderem manejar com

desenvoltura os autos, sem recorrer constantemente ao magistrado, sobrecarregando-o em vez de o aliviar.

O juiz ficará, assim, com o encargo de formar o assistente, e, uma vez, formado, terminou o seu tempo de colocação - 1 ano, duvidando-se da eficácia desta colocação nestes moldes.

O que se reconduz à supra referida crítica de que o assistente, a breve prazo, deve sempre integrar a equipa técnica do magistrado, e não servir apenas para resolver situações pontuais de estrangulamento do sistema.

Dotando os magistrados de técnicos permanentes previne-se ou reduz-se a possibilidade de se avolumarem pendências e violarem prazos, afinal o objectivo deste projecto de D.L.



■ Dr.ª Odete Santos
Advogada e deputada do PCP

Os Julgados de Paz, ainda que a título experimental e apenas em 4 concelhos do País, vão iniciar o seu funcionamento, segundo se prevê, em Janeiro de 2002.

Recebidos com cepticismo nalguns sectores do mundo forense, a verdade é que muitos operadores judiciais saudaram a concretização do normativo constitucional que os consagrou como forma de administração da Justiça. Uma Justiça que se quer informal, com regras diferentes da Justiça clássica.

Estou com os que, há muito, insistiam na criação dos Julgados de Paz, já com algumas tradições em países da União Europeia.

Seja através destes tribunais, seja através de outras formas de aproximação da Justiça dos cidadãos, como as Casas da Justiça em França, o mundo ocidental procura formas alternativas de resolução de conflitos. Não apenas como forma de aliviar o aparelho judiciário clássico, sempre perigosamente à beira da ruptura, mas também (e este será o principal objectivo) como forma de criar uma nova cultura nas relações entre os cidadãos, nomeadamente entre os vizinhos. Uma cultura que encare a pequena conflitualidade sem dramatismos, e que impulse os cidadãos à sua resolução através do recurso a Tribunais que se regem pela informalidade e pela redução ao mínimo da burocracia. É este último objectivo, tornando possível uma Justiça pronta e eficaz, que aproximará a Justiça dos cidadãos.

Simultaneamente, não é de minimizar o efeito que se pretende sobre a Justiça clássica. Que sendo liberta das chamadas bagatelas jurídicas (que no entanto, para o cidadão comum não o são) poderá libertar-se da grande tensão resultante da extraordinária carga processual, e administrar Justiça mais pronta. Ganhando, assim, em transparência, e tornando-se, desta forma, mais próxima dos cidadãos.

De facto, a conflitualidade social que deveria ser resolvida de outra forma, tem desembocado no aparelho judiciário, tomando insuportável, quando não um autêntico inferno, conviver diariamente com a urgência que a administração da Justiça exige, sem preterição dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

Por outro lado, a constatação de que a Justiça é morosa e cara, afasta muitos cidadãos, ficando por resolver alguma da conflitualidade, o que

não pode deixar de reflectir-se negativamente sobre as relações comunitárias.

Assim, a esperança que muitos depositam nos Julgados de Paz, exige uma atenção especial nesta fase experimental da sua instalação.

Apesar disto, algumas disillusiones e dúvidas se colocam relativamente a soluções consagradas no diploma que criou os Julgados.

Não se pretende ser exaustivo nestas breves notas.

Anotam-se algumas das apreciações negativas ou dubitativas que já resultaram do debate ocorrido até à aprovação final do diploma.

1. Em matéria criminal, os Julgados apenas ficam com competência para pedidos cíveis de indemnização.

Sabe-se que os Tribunais Judiciais com competência criminal são inundados por pequena conflitualidade, que ocupa muitas horas de trabalho de magistrados judiciais e do Ministério Público, e de funcionários judiciais. Corta o coração ver um Tribunal demorar mais de um dia com muitos casos de injúrias, de difamações de pequenas ofensas corporais. Corta o coração ver agravar-se ainda mais a conflitualidade entre os protagonistas de conflitos gerados no individualismo extremo com que é acossada a sociedade.

A solução do projecto original que estabelecia a competência dos Julgados para as infracções criminais sempre que o Ministério Público promovesse a aplicação de penas alternativas às penas de prisão, parece-nos que não contenderia com qualquer princípio constitucional.

A solução da lei é redutora, e priva os Julgados de uma competência importante que teria repercussões significativas no relacionamento entre os cidadãos e na Justiça clássica.

2. A mediação e pré-mediação que se enxertou na lei de organização e funcionamento dos Julgados de Paz, suscita-nos muitas dúvidas.

O Juiz de paz, pela sua própria definição tem já por finalidade obter a resolução amigável dos conflitos. Daí o seu nome.

Não entendemos (ou melhor, entendemos que razões economicistas, entre outras tal determinaram) por que motivo é que o processo nos Julgados de Paz envolve um processo de mediação que passa à margem do Juiz.

Sabemos que a mediação assume um papel importante na realidade de países da América latina, como a Argentina e o Brasil, cuja realidade

Julgados de paz

Dúvidas e disillusiones

foi constatada em visita efectuada a esses países.

Mas os povos não são iguais em todas as partes do mundo. O povo português, fruto da repressão do fascismo, conhecendo as amplas liberdades nascidas com o 25 de Abril, caracteriza-se pelo seu apego à litigância, pela suspeição relativamente a formas de resolução amigável de conflitos. Receamos que colocada nas mãos de pessoa em quem os cidadãos não vêem o Juiz, a mediação não consiga os seus intentos. E apenas sirva para protelar os processos, conseguindo-se, colateralmente, a ocupação de novas profissões nas tarefas de mediação.

A mediação por quem não é Juiz de Paz, servirá, por outro lado, para economizar no número de Julgados a instalar. Mas será que não irá pôr em perigo os próprios Julgados de Paz?

A experiência a que se vai proceder serve, por outro lado, de laboratório para uma desejada (por parte do Ministério da Justiça) introdução da mediação no processo laboral, e nos conflitos colectivos que costumam opor os cidadãos à administração. E aí são patentes os perigos da mediação. Direitos fundamentais, irrenunciáveis são postos em causa, como aliás, constatei na Argentina.

Nos conflitos colectivos entre cidadãos e administração, a actuação mediadora abre mesmo as portas à possibilidade de manipulação política.

Esperemos, no entanto, que a mediação se fique nos limites do razoável. E que a experiência que se vai encetar prove que as dúvidas não eram fundamentadas.

3. As autarquias vão ser mais uma vez oneradas com competências do poder central. Impondo-se que para elas sejam efectuadas transferências de verbas para o exercício das novas atribuições.

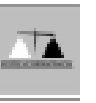
O Projecto inicial dispunha que os Julgados de Paz tinham quadro de pessoal próprio. Ao contrário do que a lei actualmente dispõe.

Exigir às autarquias que disponibilizem pessoal para os Julgados de Paz, é onerá-las com mais despesas, sem que tenham a necessária contrapartida.

É ao Ministério da Justiça que compete o encargo.

Em matéria de Justiça não podem funcionar regras de contenção de despesas que anulem direitos fundamentais.

Que anulem o Acesso ao Direito e aos Tribunais.



JULGADOS DE PAZ



■ Manuel Henrique Ramos Soares (Juiz de Direito)

A revisão constitucional de 1997 reintroduziu a figura dos julgados de paz, procurando recuperar aquele esboço de justiça informal de proximidade que os tribunais municipais representaram na história judiciária portuguesa.

A Lei n.º 78/2001, porém, revela-nos uma categoria de tribunais funcionalmente dependentes de um órgão tutelado pelo Parlamento, integrado por membros cujos mandatos coincidem com as conjunturas partidárias resultantes de cada eleição, alguns deles mesmo em representação quase directa dos partidos e em que os juizes não têm estatuto superior ao de funcionário público.

Uma vez mais, o incontido desejo de controlar a justiça e a má convivência com a independência dos tribunais, como se esta fosse um privilégio dos juizes e não um direito dos cidadãos.

Ressureição da “justiça de paz”

Herdeiros do remoto conceito medieval de juiz de paz dos primeiros tempos da nacionalidade, os julgados de paz dos velhos estatutos judiciais de 1944 e 1962 eram órgãos judiciais de freguesia subordinados ao tribunal de comarca, com competência restrita a actos de natureza burocrático-administrativa. O juiz de paz, por inerência o conservador do registo civil ou o professor de ensino primário, mesmo sem poderes jurisdicionais e mais aparentado com a figura do funcionário judicial, estava estatutariamente equiparado a juiz de direito e dependia funcional e disciplinarmente do Conselho Superior Judiciário.

Paralelamente, para ocupar o lugar dos tribunais de comarca extintos em 1927, foram criados em 1931 os tribunais municipais. Igualmente subordinados ao tribunal de comarca, tinham competência jurisdicional

discussão que era necessária sobre a figura dos julgados de paz.

Eis como se transforma um assunto com ingredientes de controvérsia numa questão consensual. Foi neste ambiente adverso – nem frio nem quente, simplesmente morto, como quase tudo neste país – que se publicou a Lei n.º 78/2000, que cria e regula a competência, organização e funcionamento dos julgados de paz.

Uma lei com uma marca político-filosófica tão vincada, com uma concepção de independência judicial tão singular, aprovada por unanimidade, da direita à esquerda do Parlamento.

Como se ali não devesse estar representada uma pluralidade de concepções e projectos políticos sobre matérias tão marcantes. Basta ler a acta do debate na generalidade para constatar que não houve verdadeira controvérsia sobre o essencial e que a discussão não passou o nível da mera troca de piropos políticos sobre os aspectos mais secundários do projecto de lei e da divisão

conseguiram esconder a má convivência com o conceito de independência dos tribunais e herdeiros das correntes ideológicas que historicamente contribuíram para o aprofundamento desse valor como pilar fundamental do Estado de Direito democrático, todos aliados na aprovação desta lei.

Há lugar para os julgados de paz

O contexto de generalizada inflação de litigiosidade e de recurso massivo aos tribunais, esta *conjuntura de crise* para a qual o sistema de justiça tarda em encontrar as fórmulas adequadas, denuncia de forma eloquente o falhanço dos modelos clássicos de composição jurisdicional dos conflitos sociais. Assente num paradigma ritualista, excessivamente formal e cada vez mais burocrático, a justiça afasta-se das pessoas e torna-se numa realidade opaca e autista.

Nada pior para o cidadão do que essa tentativa de resolver a “crise da justiça” pela sistemática e indiscriminada transição de competências dos tribunais para entidades não jurisdicionais (Ministério Público, Advogados, Notários, Conservadores e Segurança Social).

Este movimento de *desjudicialização* tem limites. O cidadão é melhor servido por uma justiça independente do que pela aparente eficácia de uma justiça hierarquizada e permeável a influências externas. Não é acabando com a justiça que a sua crise se resolve. Essa é a política da terra queimada.

Formas alternativas de resolução de litígios fora dos tribunais, como a descentralização institucional de competências e a implementação de soluções de mediação obrigatória, têm um espaço importante quando não estão em causa matérias jurisdicionais. Nos outros casos, quando se está perante questões compreendidas na *reserva de jurisdição*, a resposta do sistema

SIMULACRO DE INDEPENDÊNCIA

própria em matéria civil e criminal nos processos mais simples. Sob o pretexto de proporcionar uma justiça menos gravosa para o tesouro público e mais cómoda e barata para as populações, os tribunais municipais representaram a opção pela forma de administração de justiça possível, face à evidência de, sem eles, numa sociedade marcadamente rural, iletrada e isolada pelas dificuldades de comunicação, muitos povos poderiam ficar «*praticamente sem justiça nenhuma*». O juiz municipal, normalmente o conservador do registo civil por inerência, dependia também do Conselho Superior Judiciário e tinha estatuto de juiz.

Coexistiram, assim, na geografia judiciária portuguesa, nesse percurso histórico que terminou na revolução democrática, tribunais municipais e julgados de paz. Os primeiros como órgãos próximos dos clássicos tribunais de comarca com poderes jurisdicionais e os segundos como meros órgãos judiciais de coadjuvação burocrático-administrativa dos tribunais.

A revisão constitucional de 1997 reintroduziu na orgânica judiciária portuguesa a figura dos julgados de paz. Apesar do equívoco da denominação, historicamente ligada àquelas funções de simples coadjuvação, o que o legislador constitucional pretendeu foi recuperar aquele esboço de justiça informal de proximidade que os tribunais municipais representaram na história judiciária portuguesa.

O discurso político sobre a chamada *crise da justiça* interessou-se, aqui e ali, pelo tema dos julgados de paz mas o projecto constitucional de 1997 foi sendo sucessivamente adiado. Nem a incontornável necessidade de operar a descentralização institucional da *oferta judiciária* apressou o “legislador ordinário”, essa figura semântica, que não é mais, afinal, do que a expressão do sufrágio popular na organização do Estado, representada na Assembleia da República e no Governo pelas contingentes aritméticas das maiorias e minorias partidárias, tantas vezes distraídas na avaliação das vantagens e dividendos eleitorais. As demoras e hesitações embalarão a opinião pública e adormeceram a

dos méritos de cada partido na iniciativa legislativa.

Tribunais politizados

A lei consagra opções absolutamente espantosas e preocupantes, particularmente nos aspectos da organização e gestão desses tribunais e do estatuto dos juizes. Que conveniente ter sido publicada nesse período de *escuridão intelectual* que é o Verão. Pena é que as instituições representativas da comunidade jurídica se venham revelando tão ensonadas em momentos tão importantes, quando noutras vezes se deviam calar e falar demais.

O Ministério da Justiça (www.mj.gov.pt) afirma que os julgados de paz “são uma categoria de tribunais que pretendem resolver causas cíveis de menor complexidade, com rapidez, de forma simples, com despesas reduzidas, aproximando os cidadãos da justiça”, onde é “dada oportunidade às partes para resolverem os seus litígios de forma amigável e concertada através de mediação, antes de seguirem para julgamento” e cujos “procedimentos são concebidos e orientados por princípios de simplicidade, adequação, justiça do caso concreto, informalidade, oralidade e absoluta economia processual”.

Não confundamos a prenda com o embrulho. A lei não é esse conjunto optimista de simpáticos *chavões políticos*. Esse é o embrulho publicitário, colorido e atractivo. O que se revela depois de aberto aquele *pacote de luxo* é a decepção de uma categoria de tribunais funcionalmente dependentes de um órgão tutelado pelo Parlamento, integrado por membros cujos mandatos coincidem com as conjunturas partidárias resultantes de cada eleição, alguns deles mesmo em representação quase directa dos partidos e em que os juizes não têm estatuto superior ao de funcionário público. Esta é que é a justiça que, a pretexto da eficácia, colheu a unanimidade da Assembleia da República.

Concepções centralistas do Estado que nunca

A justiça não pode arrogar-se o privilégio de ficar colocada num pedestal de ouro, agarrada a dogmas, outrora justificados mas hoje arcaicos, assistindo passivamente à sua própria derrocada, enquanto desfila diante de si o cortejo da modernidade, em permanente mutação social, cultural e económica.

O sistema de justiça tem de ser capaz de exercer a função modeladora dos comportamentos sociais de acordo com o direito e de defender os direitos dos cidadãos, de forma justa mas com mais prontidão. É esse hoje o anseio social e o desafio que se coloca a todos os actores do sistema de justiça: melhor justiça, mais justiça, justiça mais célere.

A par de instrumentos integrados de racionalização dos recursos humanos e materiais e de profundas alterações legislativas ao nível das regras procedimentais, exige-se a diversificação e descentralização dos mecanismos de composição de conflitos. Os tribunais não podem mais ser o caldeirão para onde o sistema atira todos os ingredientes de litigiosidade social que vão surgindo. E mesmo aí onde seja necessária a intervenção social dos tribunais, são precisas receitas mais simples, com menos condimentos e menos especiarias, com menos forma e mais substância.

O alargamento do espectro das respostas institucionais não pode alcançar-se só com a criação de mecanismos alternativos à jurisdição. Num quadro em que o serviço prestado pelos tribunais é endemicamente insuficiente para satisfazer a pressão social da procura e em que todas as soluções de aumento de resposta acabaram por gerar, elas próprias, um novo ciclo de demanda, uma visão simplista que confunda a justiça com o mercado incorre no risco de privilegiar a redução da oferta com a única forma de pôr os tribunais a funcionar com eficácia.

Só que essa não é certamente a resposta adequada. Há um núcleo de litigiosidade, que é aquela materialmente jurisdicional e que integra aquilo a que se pode chamar de *reserva constitucional de jurisdição*, que não poderá ser subtraída à competência dos tribunais, nem em nome da rapidez nem da eficácia.

terá necessariamente de se conter dentro dos tribunais, nas suas diversas modalidades. Simplificando, são precisos, ao mesmo tempo, meios alternativos à jurisdição e meios de jurisdição alternativos.

Os julgados de paz são precisamente um desses meios alternativos de composição jurisdicional de litígios. A sua utilidade enquanto instrumento de descompressão do sistema e de aproximação da justiça ao cidadão parece inegável e consensualmente adquirida.

A iniciativa legislativa merece aplauso mas a lei aprovada tem vícios graves.

Juiz de paz, o forasteiro

O primeiro erro resulta da ausência de mecanismos que garantam um certo grau de inserção do juiz de paz no contexto sócio-cultural do seu julgado.

Uma justiça de mediação, vocacionada para a resolução informal, imediata e próxima de conflitos locais, em que se pretende que o juiz recupere um pouco a memória cultural do “homem bom da terra” e retire dessa imagem, também, a autoridade que exerce, não se satisfaz com os modelos clássicos de legitimação.

Que modelo então?

Nos Juizados de Paz do Brasil e nos Tribunais de Paz de Espanha o modelo de legitimação assenta sobretudo na eleição do juiz de paz. No caso do Brasil, atenta a sua natureza federal e os poderes de cada Estado, o sistema é complexo mas a constituição federal determina a eleição por voto directo, universal e secreto. Em Espanha a eleição é por maioria absoluta de votos do *Ayuntamiento*, de entre os candidatos que reúnem as condições legais e que se apresentem a sufrágio. Em Itália, pelo contrário, a designação do juiz de paz faz-se através de um exame de habilitação para o exercício de profissão forense, de entre os candidatos com licenciatura em direito.

O projecto de lei apresentado pelo Partido Comunista Português propunha a designação do juiz de paz por eleição na Assembleia de



Freguesia, de entre os candidatos propostos pelo Conselho Superior da Magistratura. Por fundado receio da instrumentalização política e partidária que poderia resultar da eleição num órgão político, esse modelo não vingou. A solução aprovada determina que os juizes de paz serão licenciados em direito, com idade superior a 30 anos, nomeados por um órgão privativo de gestão, aprovados no concurso público nacional regulamentado pelo Ministro da Justiça.

O método de designação, copiado de Itália, dificultará a assimilação social e cultural desta novidade na administração da justiça.

Num meio marcado pelo conservadorismo e pela resistência à mudança, a autoridade do juiz clássico impõe-se, sem sobressaltos, pelo imperativo da lei e pela sua qualidade de depositário tradicional da riqueza simbólica das realidades do direito e da actividade judiciária.

Fora do espaço ritualizado e simbólico do tribunal, numa justiça de proximidade marcada pelos princípios do consenso, oralidade e imediação, em que os mecanismos de controlo da decisão estão reduzidos ao mínimo, a autoridade do juiz de paz dependerá em primeira linha da adesão do destinatário.

Essa adesão não prescinde de formas de legitimação mais directa, em que a autoridade não seja sentida como uma imposição do exterior mas imanente da própria comunidade local. Um juiz de paz sem qualquer vínculo à comunidade, inexperiente e menos qualificado não se imporá como conciliador e “última voz da lei” num conflito marcadamente local, numa aldeia que ele próprio desconheça e que o olhe com a desconfiança com que se vê um estranho e que não encontre nele aquela força simbólica que a imagem de juiz representa.

O engenho e a inteligência teriam permitido ensaiar formas de legitimação mais directa da autoridade do juiz de paz, sem que fosse necessário correr o risco da instrumentalização política do sistema eleitoral. Um modelo em que o juiz de paz tivesse de pertencer à comunidade, por naturalidade ou residência, em que as provas de aptidão, embora sujeitas a critérios uniformes e centralizadas no Conselho Superior da Magistratura, visassem, também, a revelação de conhecimentos sobre o contexto específico dessa comunidade, que aí fossem prestadas em local público e em que as instituições locais representativas das populações pudessem ter uma participação consultiva, poderia certamente conferir um grau de legitimação que aliasse a autoridade da lei à autoridade simbólica resultante desse sentimento de pertença à comunidade.

Porque não competência penal?

O segundo erro está na restrição de competência dos julgados de paz a matérias cíveis.

Contrariamente ao que sucede noutros países e até à tradição histórica dos antecessores tribunais municipais, os julgados de paz não se ocuparão de questões penais.

Por razões que não saíram da penumbra da comissão de especialidade, também nesta parte não vingou a proposta do Partido Comunista Português.

Porém, também nessa área de conflitualidade social, a mediação e proximidade poderiam trazer vantagens importantes. Não há razão de peso para que crimes com pouco significado, como a injúria ou difamação entre vizinhos, a pequena ofensa corporal, o pequeno furto, o pequeno dano, a alteração de marcos ou outros com relevo essencialmente local ou emergentes de conflitos de vizinhança, a que não correspondesse em concreto pena privativa de liberdade, não pudessem ser julgados pelo juiz de paz, depois de uma fase conciliatória, próxima da actual figura da suspensão provisória do processo. Essa poderia ser a forma de retirar dos tribunais parte das chamadas “bagatelas penais” e de resolver certos conflitos sem o peso institucional do tribunal clássico e a estigmatização social daí resultante. Pena é que não se tivesse aproveitado a lei para ensaiar soluções dessa natureza.

Gestão autónoma / gestão partidarizada

Onde esta lei merece inteira rejeição é na forma de organização e gestão dos julgados de paz e no estatuto dos juizes de paz.

Configurados na arquitectura constitucional como verdadeiros tribunais, os julgados de paz partilham, enquanto tal, do poder soberano de administrar a justiça em nome do povo. A sua intervenção é substancialmente jurisdicional e, do ponto de vista da função que exercem e do tipo de actos que praticam, nada os torna diferentes das outras categorias de tribunais previstas na constituição.

Basta ver que irão julgar as questões relativas a relações de condomínio, compropriedade ou vizinhança, indemnizações por violação de contrato, por ilícito civil ou por determinados crimes, cujo valor não exceda os 750 contos, subtraídas à jurisdição comum dos tribunais judiciais.

Em suma, constitucionalmente os julgados de paz são tribunais e, por isso, órgãos de soberania. Daqui decorre, necessariamente, a sua vinculação aos comandos constitucionais da separação de poderes e da independência e sujeição exclusiva à lei e à regra de submissão do estatuto dos juizes de paz a todas as garantias de independência previstas na constituição para os juizes togados.

Vive-se, por vezes, um clima de uma certa turbulência em torno das ideias de necessidade do aprofundamento dos mecanismos da representatividade democrática do poder judicial. Curiosamente, esse discurso recrudescer e chega a assanhar-se quando a intervenção dos tribunais invade esferas de interesses que se julgam a coberto da lei. Sob o pretexto da legitimação da justiça e do combate ao corporativismo – esse chavão que mantém os juizes reféns e que é usado para os calar – o que se esconde é a vontade de controlar politicamente o poder judicial.

Sem menosprezar a utilidade da discussão sobre o aprofundamento da representatividade do poder judicial, dentro dos quadros da matriz constitucional de independência orgânica, não devemos hesitar em afirmar que a independência do poder judicial, no aspecto organizativo, é garantida pela existência de órgãos de administração próprios e autónomos, com composição *pluri-institucional*, representativos dos juizes e dos poderes político-constitucionais com legitimação directa do escrutínio popular. Este é o mecanismo que impede, ao mesmo tempo, o perigo de um autogoverno excessivamente corporativo e o risco de instrumentalização política.

A integridade do poder judicial, a par da independência orgânica, depende necessariamente, ainda, da independência subjectiva do juiz. O estatuto do juiz independente tem de consagrar os princípios da impermeabilidade a ordens e directivas, da irresponsabilidade, da inamovibilidade e da exclusividade e, em simultâneo, no ponto de vista da nomeação e disciplina, prever a sujeição a um órgão resguardado de intromissões dos outros poderes do Estado.

A *funcionalização* do juiz representa a degradação da sua função e a subjugação do poder judicial.

A lei dos julgados de paz, intoleravelmente, não consagra nem a independência orgânica desses tribunais nem a independência subjectiva dos juizes.

A gestão administrativa dos julgados de paz e o exercício dos poderes de nomeação e da acção disciplinar sobre os juizes de paz está atribuída a um Conselho de Acompanhamento dependente da Assembleia da República e presidido por uma personalidade designada pelo Presidente da Assembleia da República. Esta ligação tutelar do órgão privativo de gestão de uma categoria de tribunais ao órgão legislativo e de representação político-partidária, configura-se como uma clara violação do princípio da separação dos poderes soberanos.

A interdependência entre órgãos de soberania e os mecanismos de limitação e controlo mútuo de poderes são condições essenciais para o bom

funcionamento do Estado de Direito democrático. A subalternização tutelar de parte importante do poder judicial ao poder legislativo é a capitulação da soberania do primeiro.

Mais grave ainda é o princípio subjacente à regra de que o mandato do Conselho de Acompanhamento coincide com o da legislatura. Sabendo-se que os partidos políticos são os interlocutores da vontade popular representada no Parlamento e que em cada legislatura se altera a correlação de forças dos partidos, é evidente que esta regra pretende garantir que a composição desse conselho reflita, em permanência e de forma directa e imediata, a conjuntura partidária de cada momento. Há aqui, escondida sobre a provável desculpa de uma maior legitimação dos julgados de paz, uma evidente perversão do sistema. Os juizes de paz são nomeados e disciplinados por um órgão colegial composto, entre outros, por representantes da vontade partidária que compõe em cada momento a Assembleia da República e cuja presidência depende de nomeação do seu Presidente, que em regra será deputado do partido maioritário.

Também a composição do Conselho de Acompanhamento merece reparo.

Integram esse Conselho uma personalidade designada pelo Presidente da Assembleia da República, que preside, um representante de cada Grupo Parlamentar representado na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias indicado por ela, um representante do Ministério da Justiça, um representante do Conselho Superior da Magistratura e um representante da Associação Nacional de Municípios.

A representação da Associação Nacional de Municípios no Conselho de Acompanhamento não tem sentido. É certo que a circunscrição dos julgados de paz pode coincidir com a dos municípios e que estes podem fornecer apoio logístico e administrativo ao seu funcionamento. Mas isso faz perceber porque é que a sua associação representativa haverá de ter assento no órgão de gestão e disciplina dos juizes de paz? Claro que não! O mesmo argumento serviria para lá colocar um representante da Associação Nacional de Freguesias, uma vez que a circunscrição territorial dos julgados de paz também pode coincidir com a freguesia. Uma bizzarria do legislador.

O mesmo se diga em relação à representação do Governo. Está por explicar o que é que os julgados de paz têm de diferente dos tribunais judiciais, para que no seu conselho de gestão e disciplina deva ter assento um representante do Ministério da Justiça, quando no Conselho Superior da Magistratura a representação do Governo seria considerada – e bem – uma intromissão intolerável do poder executivo no poder judicial. Ficamos assim todos a saber que o Governo quer ter uma palavra na nomeação e disciplina dos juizes de paz. O que não sabemos é para quê. Mais uma bizzarria incompreensível.

Pior ainda é a representação dos partidos. No Conselho Superior da Magistratura estão representantes eleitos pela Assembleia de República. No Conselho de Acompanhamento dos julgados de paz estarão os representantes dos partidos com mais de um deputado eleito e com assento numa comissão parlamentar. Que estranha forma esta de interpretar a legitimação indirecta do poder judicial, em que o interlocutor do povo no órgão de gestão e fiscalização dos juizes deixa de ser a Assembleia da República e passam a ser os partidos representados numa comissão.

Salienta-se, finalmente, a propositada ausência de juizes de paz do seu conselho privativo de gestão e disciplina. Há aqui uma violação do princípio do autogoverno, que se julgava adquirido, não como privilégio mas como forma de preservação da independência orgânica.

Esta composição do Conselho de Acompanhamento, em suma, com o maior respeito por quem o integra – cuja honorabilidade está obviamente acima de qualquer suspeita – não garante o são relacionamento de interdependência entre os poderes soberanos do

Estado, na medida em que, ao mesmo tempo que arreda daí os juizes de paz, permite que lá se imiscuam os partidos, embora discreta e eufemisticamente disfarçados de grupos parlamentares. Pelo contrário, esta partidarização denuncia uma clara vontade política de controlo de parte importante do poder judicial, com evidente risco de instrumentalização da justiça.

A semelhança do que sucede em Espanha, em que o juiz de paz depende do *Consejo General del Poder Judicial*, a gestão dos julgados de paz devia estar atribuída a uma secção do Conselho Superior da Magistratura. Mas, se não fosse assim, ao menos que se respeitasse o princípio constitucional da gestão autónoma, *pluri-institucional*, separada dos demais poderes soberanos. Era o mínimo.

Juiz de paz, o funcionário público

A última crítica e talvez a mais importante vai para o estatuto do juiz de paz.

A lei, depois de lhes mandar aplicar as regras processuais sobre impedimentos e suspeições dos juizes e de determinar o seu regime de incompatibilidades, também idêntico ao dos segundos, dispõe, quanto a deveres, incompatibilidades e direitos, que se aplica aos juizes de paz o regime estatutário da função pública – sim, isso mesmo, o juiz de paz não tem estatuto de juiz mas de funcionário público!... Contrariamente ao que acontece em Espanha e no Brasil, em que os juizes de paz, mesmo não togados, têm estatuto equiparado ao da judicatura togada, e ao que sucedia no período de vigência do Estatuto Judiciário de 1962, a lei optou por diminuir intencionalmente o estatuto do juiz de paz, funcionalizando-o.

Esta equiparação estatutária ao funcionário público é absolutamente incompatível com o estatuto do juiz de paz e constitui um evidente atropelo às garantias constitucionais de independência.

Quer-se – parece – aplicar aos juizes de paz as regras de avaliação e incentivos à produtividade, de classificação de serviço, de atribuição de mérito excepcional, de formação profissional, de transferência, de definição do conteúdo funcional, de duração e horário de trabalho, de relacionamento hierárquico e de responsabilização.

Uma vez mais, o incontido desejo de controlar a justiça e a má convivência com a independência dos tribunais, como se esta fosse um privilégio dos juizes e não um direito dos cidadãos.

Quem ganha e quem perde

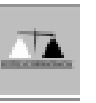
Os julgados de paz fazem falta no panorama judiciário actual. São úteis para descongestionar o sistema e podem representar um avanço qualitativo importante na aproximação da justiça ao cidadão. O que não faz falta são tribunais e juizes organizados em torno de estruturas que não garantem a sua independência nem intromissões insuportáveis dos outros poderes na *reserva de jurisdição* própria da soberania que a constituição lhes atribui.

O poder político foi inteligente. Sem grandes sobressaltos, sob o manto do falso consenso nacional, discretamente, desferiu o primeiro golpe num conceito de independência que umas vezes é conveniente mas que outras vezes atrapalha. Foi um golpe certo. Outros se seguirão.

A *comunidade jurídica*, desorganizada, sempre desatenta, demitida do dever de contribuir positivamente na definição da política de justiça, socialmente invisível, incapaz de enfrentar o clima adverso e ganhar coragem para sair da penumbra e dizer o que é por vezes politicamente incorrecto, não merece mais. Certamente que não.

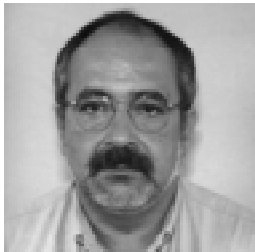
O cidadão, porém, a quem o Estado de Direito democrático garante o direito fundamental de acesso a uma justiça independente, que paga impostos para que essa função seja cumprida, esse sim, tem direito a mais e melhor.

Vê-se bem quem ganhou e quem perdeu.



4 perguntas • 24 respostas

- 1ª- Os juízes enquanto classe, têm contribuído positivamente para o aprofundamento qualitativo do discurso da justiça?**
- 2ª- Há espaço para uma intervenção social mais activa dos juízes, além do papel que profissionalmente desempenham na sala de audiências?**
- 3ª- Que formas de intervenção social são lícitas e úteis?**
- 4ª- A reflexão interna que os juízes possam fazer sobre a qualidade da sua intervenção, como é a que este jornal pretende potenciar, tem utilidade para o cidadão?**



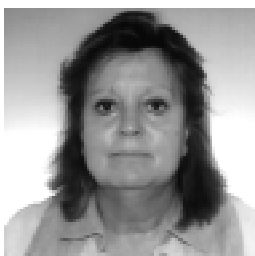
Moita Flores
Sociologo

1ª - Sem querer ser deselegante para com os juízes – que amavelmente solicitam a minha opinião – penso que não. Têm pecado por omissão em nome da sobriedade e da discrição e tal recolhimento permitiu que avançasse o debate público, e político, sobre a justiça sem que as vozes das suas figuras pendulares fosse lida ou ouvida. É que na sociedade mediatizada em que vivemos, não basta ter opinião. É preciso que ela seja divulgada, confrontada, debatida.

2ª - Depreende-se da resposta anterior que essa intervenção social mais activa não é apenas um contributo demopédico mas uma exigência cívica e fundamental numa sociedade em crise de valores espirituais, ideológicos, políticos e de cidadania. O juiz é genericamente testemunha privilegiada do sofrimento humano. Tem a obrigação de partilhar a sua experiência, participar e propôr, intervir e discutir as grandes causas que são hoje desafio de todos os homens que lutam por sociedades de direito.

3ª - É difícil de enumerar. Mas via com muito agrado a intervenção dos juízes em debates, encontros, seminários, em escolas e universidades a tratar de temas como a mediação, os julgados de paz, a problemática do crime organizado, a toxicodependência, a reinserção social, as penas alternativas e a prestação de serviços à comunidade, os problemas da escola e da socialização do direito.

4ª - Claro. Desde que seja um espaço amplo de debate, sem preconceitos, alargado a outros agentes sociais e políticos com interesse e opinião sobre a Justiça no sentido mais amplo do termo e que, como se sabe, não se esgota na formalidade do tribunal.



Maria Augusta
Seixas
Jornalista RTP

1ª - Os Juizes são uma classe fechada e desconhecida dos cidadãos duma maneira geral. Conhecemos as opiniões de professores de direito, de advogados também, quer através de entrevistas, quer através de textos publicados nos jornais. Temos até sobre alguns ideias formadas: são muito bons, sensatos, outros consideramo-los muito maus. Dos Juizes pouco sabemos, obra não se lhes conhece. Em Portugal os juizes não têm nome, nem passado, são (sem querer generalizar) um grupo cinzento e apagado. Uma sociedade democrática é uma sociedade transparente a todos os níveis e o exercício do poder (seja ele político, económico ou judicial) deve ser analisado e questionado. Em democracia os juizes devem ter voz e devem expor-se publicamente à semelhança dos outros poderes.

2ª - Sim. Acabando os juizes com o discurso hermético em que se refugiam e tomando mais transparente a prestação do trabalho deles, i.é, abrindo a sala de audiências à comunicação social e disponibilizando-se para esclarecer as questões do processo (sem que com tal disponibilidade ponham em causa os direitos das partes do processo).

A justiça está na mão dos juizes. Se não forem eles a fazê-lo, quem é?

3ª - A questão é saber se o juiz tem ou não uma palavra a dizer sobre a feitura das leis. Se o juiz

deixa de ser um mero aplicador da lei para ser participante na feitura das leis, transportando para o legislador a experiência que tem enquanto mero aplicador da lei. Actualmente os juizes aplicam a lei, não a fazem e os que a fazem desinteressam-se dos resultados da sua aplicação. É deficiente como sistema, como articulação.

Se os juizes puderem passar a pronunciar-se sobre os processos tem uma intervenção social superior.

Os juizes nunca se pronunciaram sobre as grandes questões que atravessam a sociedade portuguesa. Não se sabe o que eles pensam sobre o aborto, sobre a eutanásia. Nunca há posições de juizes, porquê?

4ª - O número de cidadãos em contacto com este jornal será sempre muito reduzido. Sendo embora um número reduzido, será de pessoas de grande qualidade com possível intervenção nas decisões do país.

A iniciativa revela, por outro lado, que há juizes disponíveis para falar do seu trabalho. É um primeiro passo para revelar a intimidade do pensamento de quem está a exercer o poder, um poder muito grande. E isso é um grande passo.



Luis Ochôa
Director de
Informação
da RDP

1ª - É claro que uma progressiva reforma geracional, com uma melhor interligação à sociedade e ao desenvolvimento global, tecnológico inclusive, tem propiciado aos juizes um contributo imprescindível no aprofundamento do discurso da justiça. A questão, no entanto, está, a meu ver, nos limites ou nas fronteiras do quadro do exercício desse discurso da justiça. Aqui, a modernização e a adaptação às novas realidades requerem uma reflexão séria sobre a metodologia, a forma e a amplitude desse discurso.

2ª - Salvo casos excepcionais, a “plateia” à disposição dos juizes limita-se ao magro número de interessados num dado processo. E, mesmo nos grandes casos que suscitam o interesse da comunicação social, o aspecto didáctico do discurso da justiça é preterido em função daquilo que é mais quente e mais excitante para a opinião pública. Isto, para além de outras razões, requer, exige mesmo, que os juizes tenham uma intervenção social bem mais activa.

3ª - As formas de intervenção têm como fronteira a própria lei. Mas, mesmo nesse sentido e porque a lei existe para servir o Homem, a sociedade e a democracia, ela própria não é imutável. Da reflexão dos juizes deverá sair uma conclusão que, admito, “exija” a própria alteração do quadro legislativo adaptando-o às realidades e necessidades, cujo perfil o tempo encarrega-se de alterar às vezes a uma velocidade espantosa. O político que faz a lei e o juiz que a aplica, são poderes que devem ter uma forte interligação no conceito da sociedade em que vivemos e devem comungar da visão no quadro da relação da lei com essa sociedade, evitando que esse quadro legislativo se torne obsoleto pela voragem do tempo.

4ª - Este jornal poderá ter um papel interessante no quadro da reflexão interna que os juizes possam fazer. Pode e deve ter essa função dinamizadora. No entanto, essa reflexão terá, num determinado momento, que saltar para a sociedade, para a opinião pública. Esse é, a meu ver, o fórum último. Os juizes são a face visível (e fácil), por exemplo, dos atrasos da justiça, o que é uma injustiça de bradar aos céus. E, como os juizes são parte de um poder não sufragado devem ter, na minha opinião, um cuidado especial em refrescar a sua legitimidade na demonstração e afirmação da sua competência, capacidade e brio profissional.



Guilherme Silva
Deputado do PSD

1ª - Há uma quota parte do discurso da justiça que tem cabido aos juizes que, envolve, inevitavelmente, a ideia de causa própria. A parte visível desse discurso surge em intervenções da respectiva Associação e do Conselho Superior, muito dirigidas à classe ou evadido de preocupações corporativas ou institucionais. Teríamos todos a ganhar se, fora daquele enquadramento, proporcionássemos mais oportunidades aos magistrados de falarem para a sociedade civil, em geral, sobre a justiça.

2ª - Infelizmente, de uma forma geral, os juizes estão sobrecarregados de trabalho, o que, a par das suas responsabilidades familiares, lhes deixa pouco tempo para uma intervenção social e cívica. Só que não somo uma sociedade tão rica em valores, que nos devamos permitir prescindir do empenhamento social dos mais qualificados, incluindo-se nestes, os magistrados.

Aliás, a sua própria experiência profissional, importando contactos e intervenção na composição de conflitos, que se geram e desenvolvem no seio da comunidade, é extremamente enriquecedora e confere-lhes uma mais valia que deve ser melhor aproveitada.

3ª - Todas as que não contendam com o seu estatuto e com a dignidade da função.

4ª - Não tenho a menor dúvida de que se os juizes, sem prejuízo das condicionantes do seu estatuto, aprofundarem a reflexão sobre a sua intervenção, fora do âmbito estritamente profissional e aberta à sociedade, darão, simultaneamente, um contributo importante à comunidade e à própria magistratura, frequentemente acusada de excesso de corporativismo e de estar fechada sobre si própria.

Nesta linha e preocupações e propósitos, iniciativas como a do vosso jornal, tem, concerteza, toda a utilidade para o cidadão comum.

■ Jorge Lacão Deputado do PS

1ª - Creio não ser demasiado controverso o reconhecimento de que ainda recentemente os discursos sobre a justiça, com origem nos vários actores judiciais, juizes incluídos, enfermava de uma influência excessivamente segmentada por critérios corporativos, o que não facilitava o aprofundamento qualitativo, tão necessário, em torno dos caminhos da justiça. Felizmente outro parece estar a ser o ambiente dos mais recentes debates, onde aflora mais nitidamente a importância dos valores da cooperação e a consciência das interdependências.

2ª - Esse espaço deve existir e diria mesmo que onde se mostrar menos conseguido deve ser alargado com o próprio contributo activo dos juizes. É que o significado contemporâneo da Justiça – o guardador de promessas, como lhe chamou Antoine Garapon – implica a sua inserção e compreensão plenas no espaço democrático próprio da sociedade aberta. A justiça que se realiza em nome do povo deve ser, quanto aos seus valores e aos seus problemas, reflectida conjuntamente. E isso em nada põe ou deve pôr em causa a independência dos juizes.

3ª - Estamos porventura excessivamente habituados a identificar a voz das várias categorias sociais através dos grupos de interesse institucionalizados, em que se enquadram as funções clássicas do associativismo sindical. Creio ser aconselhável, sem prejuízo da normal legitimidade da representação dos interesses, o aprofundamento

pluralista das modalidades de participação e de intervenção. A licitude e a utilidade dessas formas de participação hão-de, certamente, ser encontradas por delimitação e consideração dos princípios e regras inerentes ao estatuto dos juizes. Se lhes é vedado emitirem posições exógenas ao processo, relativas aos casos concretos sub judice, certamente nada os impede de concorrerem para um processo aberto de identificação das orientações que melhor permitam o desiderato final da justiça: a garantia dos direitos dos cidadãos, nomeadamente através da tutela judicial efectiva desses direitos. Mas também aqui há hoje um largo debate em torno dos meios alternativos ao sistema clássico da justiça.

4ª - Digamos que a dificuldade é sempre o de conseguir que intervenções qualificadas e especializadas por natureza não se quedem numa discussão fechada e como que “iniciática” entre os seus membros. Talvez, por isso, seja aconselhável que se promovam modalidades de reflexão partilhada, por um lado, entre os vários quadrantes da comunidade jurídica e, por outro, com outras instâncias reflexivas da sociedade civil. A circulação mediática da mensagem, como forma de comunicação, é naturalmente desejável. Posto é que o possa ser em clima de serenidade intelectual e à margem das dramatizações infelizmente tão fáceis de promover em torno das questões da justiça.



Jorge Talixa
Chefe de redacção
do Vida Ribatejana
Correspondente
do Jornal
O Público

1ª - Penso que a maioria dos juizes portugueses tem dado bastas provas de independência e de profissionalismo no desempenho da sua tarefa. Essa será a razão principal para o elevado nível de confiança da população na justiça. Já quanto às estruturas representativas da classe parece-me que têm procurado defendê-la, mas descuram aspectos ligados à sua relação com a sociedade em geral, mantendo uma filosofia por vezes muito fechada e reservada.

2ª - Não só creio que há espaço, como defendo que os juizes deveriam intervir mais na comunidade que servem e que os envolve. Admito que receiem as consequências de uma maior exposição pública e da sujeição a eventuais tentativas de influência, mas penso que têm uma experiência e uma formação académica que poderia ser muito útil em diversas áreas.

3ª - Desde o envolvimento em instituições de cariz social, à participação em fóruns de reflexão sobre as matérias com que lidam no seu dia-a-dia, passando por contactos com jovens nas escolas para lhes transmitirem determinadas mensagens e conhecimentos.

Sinto, por exemplo, que muito juizes “fogem” ao contacto com os jornalistas. Compreendo alguns desses receios, mas também penso que algum do cunho pedagógico que procuram muitas vezes dar aos acórdãos que produzem ou às palavras que dirigem aos arguidos poderiam ter algum efeito positivo se devidamente tratados na comunicação social. Não me parece que a elaboração de artigos ou a disponibilidade para algumas entrevistas que não envolvam a abordagem de matéria processual ponham em causa a essência do papel do juiz, antes pelo contrário.

4ª - Acho que tem toda utilidade, tanto mais que demonstram preocupação em ouvir também outros cidadãos. Sugiro que tentem encontrar formas de fazer chegar alguma dessa reflexão ao conhecimento do cidadão comum - colocando, por exemplo, alguns exemplares em áreas de acesso público dos tribunais - e de abrir espaço à sua intervenção neste vosso jornal.

PERPLEXIDADES DE UMA JUIZ SOBRE A POLÍTICA DE ESTRANGEIROS EM PORTUGAL



“É o juiz quem talha na «carne viva» dos interesses humanos”, afirmava o Prof. Manuel de Andrade. Sejamos, pois, dignos de tão espinhosa tarefa, nem que se torne necessário, com algum “engenho e arte”, interpretar correctivamente leis irreflectidas para fazer triunfar a Justiça.

■ Joana Ferrer
(Juiz de Direito)

“-As perguntas que lhe vou fazer sobre a sua identidade e antecedentes criminais é obrigado a responder e a responder com verdade, sob pena de incorrer em responsabilidade criminal.

Diga-me o seu nome completo.

- Vasile Ivanov.

(...)

- Em que país nasceu?

- Rússia.

(...)

- Qual era a sua profissão na Rússia?

- Militar. Tenente – coronel.

- Que profissão exerce em Portugal?

- Servente na construção civil”.

Ficção?

Não, seguramente, uma vez que apenas o nome foi alterado.

No mais, corresponde ao desenrolar do interrogatório de um cidadão russo, em situação ilegal no nosso país, detido e conduzido pelo S.E.F. aos Juízos de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

Foi interrogado por mim.

A condição dos cidadãos estrangeiros em Portugal levanta questões delicadas, nomeadamente no que respeita ao aspecto humano.

Por outro lado, a legislação existente não responde à especificidade da matéria, ficando os juizes, na esmagadora maioria dos casos, perante a contingência de aplicar a estes estrangeiros medidas de coacção que se coadunam mal, ou não se coadunam de todo, com a natureza de tais situações.

Os interrogatórios seguem o “figurino” do primeiro interrogatório judicial de arguido detido, e visam a aplicação de uma medida de coacção, a qual, para além das enumeradas no Código de Processo Penal, pode consistir na apresentação periódica no S.E.F.

Curiosamente, o D.L. nº 4/2001, de 10.01 que veio alterar o D.L. nº 244/98, de 08.08, manteve a referência feita pelo art. 107º à possibilidade de colocação do expulsando em centro de instalação temporária.

Curiosamente porquê?

Previstos desde longa data pelo legislador de 1994 mas ainda hoje inexistentes, os centros de instalação temporária mostravam-se de grande utilidade, sobretudo naquelas situações em que o estrangeiro ainda não conseguiu trabalho, em que se encontra totalmente desamparado, eventualmente ameaçado ou mesmo doente.

Não obstante, tais centros têm visto o seu “nascimento” envolto em polémica, convertidos numa “vexata quaestio” que divide os partidos com assento parlamentar.

Questão que o poder político não pode

ou não quer resolver porque considera que os mesmos tendem a converter-se em “ghettos”.

Assim, os centros de instalação temporária que o diploma de 2001 conserva (!) no seu articulado continuam a pertencer ao domínio do irreal, à semelhança do que acontece desde 1994. E não procure esgrimir-se com a equiparação que o D.L. nº 85/2000, de 12.05 faz dos espaços criados nos aeroportos portugueses a centros de instalação temporária, enquanto não for aprovada a legislação a que se refere o art. 6º da Lei nº 34/94, de 14.09.

Só tem pertinência relativamente a passageiros chegados por via aérea.

Ora, se tanta resistência existe à criação dos centros, e nós sabemos que existe, porque razão não se assume frontalmente a reserva com a consequente eliminação da sua previsão legal?

Se tal resistência foi, inversamente, ultrapassada porque não se cumpre de uma vez o disposto no art. 6º da Lei nº 34/94?

Apetece conjecturar que, nesta matéria, o legislador não sabe dizer “NÃO”, nem sabe dizer “SIM”; vai balbuciando um “NIN”.

Os centros de instalação temporária convertem-se em “ghettos”, dizem algumas vozes repugnadas.

Porém, surpreende que não lhes repugne de igual modo, ou por maioria de razão, que a cidadãos que nenhum crime praticaram possa ser aplicada a medida de prisão preventiva, e a sua forçosa introdução no meio prisional, com as características que lhe conhecemos, em contacto directo e imediato com verdadeiros delinquentes de toda a natureza.

Retenha-se que estes estrangeiros são, na sua grande maioria, as vítimas das conhecidas redes de tráfico humano, o “elo” mais fraco desta complexa “cadeia”, o mais carecido de protecção.

Abrir certos diplomas, pelo menos para a autora desta reflexão, traduz-se numa experiência semelhante aquela que teve quem abriu a *Caixa de Pandora*.

Em Outubro do ano transacto, o D.L. nº 252/2000 veio aprovar a estrutura orgânica e definir as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O art. 70º deste D.L. tem por epígrafe “Objectos que revertem a favor do S.E.F.” e reza assim: “1. Os objectos apreendidos pelo S.E.F. que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado ser-lhe-ão affectos (!!!) quando: (...) estejam correlacionados com a imigração ilegal”.

Será excesso de sensibilidade, ou tal disposição levanta questões melindrosas que se prendem com a objectividade e lisura de comportamentos que se exigem a

uma entidade que tem, ela própria, autoridade para deter e expulsar cidadãos estrangeiros?

Seria curial que, nos nossos processos crime, declarássemos perdidos a favor do Estado objectos pertencentes aos arguidos, e os atribuíssemos á Polícia Judiciária, á P.S.P. ou á G.N.R.?

Estaremos perante uma generalizada perda do sentido das proporções e do decoro?

A amplitude de tal norma oferece, por outro lado, contornos imprecisos, o que a torna ainda mais perigosa.

Porém, o que todos os dias constatamos, perante o desfilar de cidadãos estrangeiros submetidos a interrogatório judicial, é que estes são, maioritariamente, pessoas cujo único “crime” consiste em procurar num país estranho melhores condições de subsistência para si e para os seus.

Tal como fizeram e fazem os Portugueses, desde tempos imemoriais.

Aqueles estrangeiros mais não trazem consigo do que muitas habilitações na “bagagem”, frequentes licenciaturas, vontade de trabalhar e viver em paz; eles não fogem senão da miséria, da carência e algumas vezes da guerra que assolam os seus países de origem, encontrando-se, não rara, “enleados” nas “teias” da máfia, das redes de tráfico de imigrantes.

Na verdade, quase nada é possível tirar a quem já nada tem, a não ser uma réstia de auto-estima e muito espírito de sacrifício.

Num mundo em que apenas o transitório é uma garantia, que extraordinária lição de humildade nos ensinam estes estrangeiros, mormente os oriundos do Leste.

Será que alguma vez, em algum dia da sua existência, aquele cidadão russo acima referido, militar da orgulhosa União Soviética, imaginou que a “roda da sorte” o faria trabalhar como servente na construção civil, em Portugal?

Este “quadro” da vida deveria fazer-nos pensar, a todos nós que temos Poder e o exercemos, nomeadamente enquanto titulares de um órgão de soberania, pois o que hoje é certo, amanhã poderá ser duvidoso.

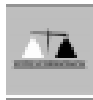
A Liberdade, a Independência, a Democracia, em suma, o Estado de Direito, não são algo que possamos ou devamos considerar como definitivamente adquirido, mas algo pelo qual é necessário lutar todos os dias, porque sujeito a ameaças sempre novas: um desafio à nossa dedicação e generosidade.

E o Poder que nos foi colocado nas mãos carece de ser exercido com sabedoria e humildade.

“É o juiz quem talha na «carne viva» dos interesses humanos”, afirmava o Prof. Manuel de Andrade.

Sejamos, pois, dignos de tão espinhosa tarefa, nem que se torne necessário, com algum “engenho e arte”, interpretar correctivamente leis irreflectidas para fazer triunfar a Justiça.





Livros

Entrevista a Luís Eloy Azevedo Autor do livro “MAGISTRATURA PORTUGUESA - Retrato de uma mentalidade colectiva”

Um livro sobre a história da magistratura na época contemporânea.

Trata-se de um trabalho de investigação que aborda um tema que se encontrava, até agora, quase por desbravar, e que se assume como uma tentativa de desvendar o nosso universo judiciário específico. Apresenta-se a obra pelas palavras do próprio autor, Luís Eloy Azevedo, magistrado do Ministério Público, que nos concedeu uma entrevista e que nos falou do seu livro, mas também da sua vida profissional.

CJ - Como apareceu a ideia do livro “Magistratura Portuguesa - Retrato de uma Mentalidade Colectiva”?

EA - Já Machiavel, no seu *Príncipe*, considerava que a mudança das mentalidades era a reforma mais difícil de efectuar. Consciente desse facto pareceu-me que o conhecimento da mentalidade da magistratura era crucial para qualquer programa de intervenção ou de mudança na área da justiça. Foi a percepção do vazio de investigação, nesse domínio, pelo tradicional fechamento da magistratura a esses olhares que serviu de mola de interesse ao trabalho realizado. Não me motivava minimamente realizar a clássica tese jurídica com 500 folhas mas em que 480 são a enunciar todas as posições dos professores desde o direito romano e depois se adopta, nas últimas 20, a linha média de

todas elas. Aqui, obviamente com a inspiração de alguns trabalhos realizados lá fora, havia a dificuldade de dar quase o pontapé de saída mas também um prazer quase genealógico de desvendamento.

CJ - Qual a razão de um processo de investigação que não se limita ao campo específico do jurídico ou mesmo da filosofia do direito por parte de um jurista?

EA - A história e a sociologia sempre me interessaram. E, se calhar vou chocar alguns, o direito sempre me pareceu uma ciência relativamente pobre. Daí nunca sequer ter posto a hipótese de fazer um trabalho acantonado no jurídico. Depois, sendo os coordenadores do mestrado os Professores Gomes Canotilho e António Hespanha e o meu orientador de dissertação este último, tornou-se fácil praticar alguma mistura de saberes que me pareceu fundamental. Hoje, mais do que nunca, como alguém disse, quem só sabe direito nem direito sabe ou o mesmo é que dizer que quem só trata de direito não trata do direito.

CJ - No prefácio da obra assinado por António Hespanha fala-se de um “olhar de fora” de quem se situa dentro do sistema. Como é que o magistrado do M^oP^o, o procurador Luís Eloy Azevedo, se compatibilizou com o investigador?

EA - Conhecer o sistema por dentro foi

uma vantagem e uma desvantagem. Uma vantagem, porque um sistema cerrado como a justiça e a magistratura são mais fáceis de compreender por quem com ele convive dia a dia. Uma desvantagem, porque como magistrados acabamos por ter, queiramos ou não, valorações prévias que nos podem levar a pouco saudáveis mecanismos de auto-censura consciente ou inconsciente. Isso reflectiu-se, nomeadamente, numa necessidade de estribar exaustivamente, em termos probatórios, algumas enunciações mais arrojadas. No plano mais comezinho da compatibilização do trabalho de tribunal com a investigação (horários de bibliotecas, arquivos etc.) e as necessárias concentração e continuidade do trabalho, compreender-se-à que nem tudo foram rosas e solidariedades. Mas isso faz parte de outra história que não vale a pena contar agora.

CJ - Na sua opinião qual o sentido de desvendar a história judiciária portuguesa quase recente da forma como esta obra o efectuou?

EA - Se pensarmos que para fazer antecipação é fundamental conhecer o passado, percebe-se o sentido e a necessidade de desvendar a história judiciária portuguesa. Esse trabalho foi e continua a ser feito noutros países com histórias bem mais dolorosas que a nossa. É preciso encarar o passado com frontalidade evitando, ao

mesmo tempo, ímpetos precipitados de julgamentos *a posteriori*. Foi o que tentei fazer, com muita dificuldade resultante da inexistente ou caótica administração de arquivos e tratamentos de fontes. Nesse sentido, para trabalhar a história judiciária portuguesa é preciso ser um misto de investigador e de Hercule Poirot.

CJ - O retrato que fez da mentalidade colectiva da magistratura portuguesa perdura ainda nos nossos dias? Ou antes, a identidade actual da judicatura portuguesa tem alguma coisa a ver com aquela circunscrita na tese?

Se perdura ou não é um dos desafios a que o leitor deve responder. Pretendi sobretudo mostrar. As conclusões foram propositadamente deixadas em aberto numa provocação à discussão. Mas, não querendo fugir à pergunta, diria que não vivemos desligados do passado, sobretudo do nosso passado. Haverá vectores onde as mudanças foram pequenas e outros onde foram maiores. Lendo o livro reconhecêmo-los facilmente. Parece-me que colectivamente, temos sobretudo pouca tradição de debate ou de debate com qualidade e estamos a pagar algum alheamento da magistratura do terreno social e um perfil pálido de intervenção em termos comparados. Individualmente, temos que averiguar no subsolo da nossa consciência se algo mudou...

LIVROS QUE SABE BEM ENCONTRAR ... E REENCONTRAR

por Joana Ferrer

I. Conhecida mundialmente pela sua obra em muito boa hora transposta para cinema – “África Minha” –, a escritora dinamarquesa Karen Blixen legou-nos um outro livro cativante que nos prende da primeira à última página.

“*A Festa de Babette e Outras Histórias do Destino*” enreda-nos, enleia-nos ... eleva-nos.

Só vos posso dizer que recordar Karen Blixen tão-só por “África Minha” e ignorar o demais da sua obra é crime.

Das Edições ASA.

II. Aqueles que, sem deixarem de ter um pé bem assente na terra, não desdenham viajar nos “braços” do sonho não podem deixar de amar Antonio Tabucchi.

“*O Jogo do Reverso*”, da QUETZAL, é exemplo dessa capacidade que Tabucchi tem de “lavar a nossa alma”.

III. “*Vinho Mágico*” é a última obra, editada também pela ASA, da escritora Joanne Harris, autora do best – seller “Chocolate”.

Foi com alguma expectativa que iniciei a leitura da sua segunda obra, uma vez que “Chocolate” se revelara um verdadeiro achado.

Preocupação infundada.

Entre o místico e o travesso, Joanne Harris oferece-nos mais uma delícia para o nosso paladar ... literário.

IV. Diferente, muito diferente.

Chega até nós pelas “mãos” da PERGAMINHO.

Em “*Trajectória de uma vida a outra ...*” Paco Rabanne fala-nos de reencarnação, de vidas sucessivas e da sua experiência pessoal na matéria desde muito jovem: aos sete anos de idade protagonizou, pela primeira vez, um fenómeno de desdobramento.

O estilista basco que em 1964 provocou um verdadeiro “sismo” no mundo da moda, ao fazer desfilar os seus manequins femininos envergando cotas de malha, afirma “Vestir as mulheres de metal, cobri-las de cotas de malha, era um pouco fazer novas Joanas d’Arc, amazonas, guerreiras, em oposição à cobardia masculina”.

O espiritualismo e a moda: combinação inesperada!

A ler com a mente BEM aberta.

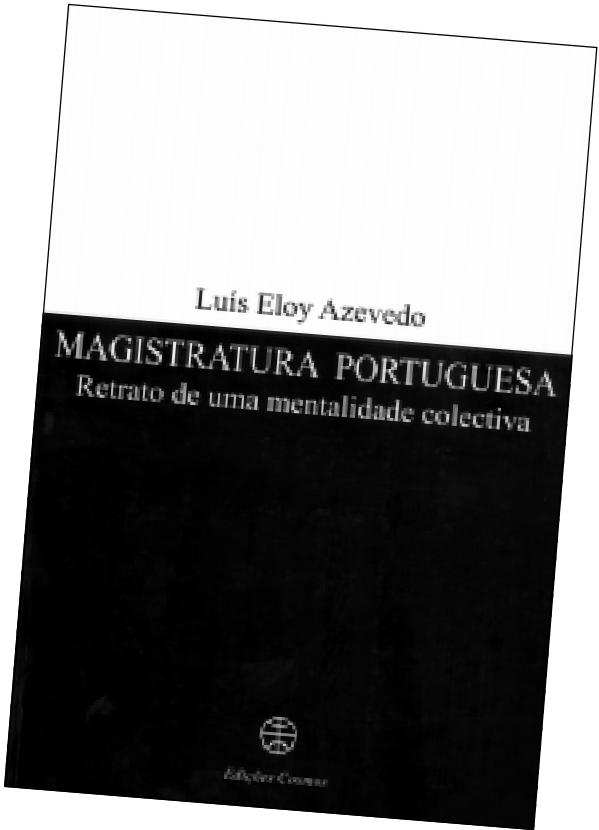
Recomendação: se a sua mente não abre tanto assim, não leia por favor ...

V. Não resisto a falar de mais um livro.

“*História de uma Gaivota e do Gato que a Ensinou a Voar*”, de Luís Sepúlveda é um “miminho” que a ASA edita na Colecção Pequenos Prazeres.

Livro para dar aos filhos que também o emprestam aos pais ..., ou para oferecer aos pais que o dão a conhecer aos filhos?

Façam como quiserem ..., mas leiam-no, por favor.



FICHA TÉCNICA:

Propriedade: Movimento Justiça e Democracia, C.R.L.

Morada: Av. Pedro Álvares Cabral, nº 215, Linhó, 2710 Sintra

Director do Jornal: Agostinho Torres

Colaboraram neste número: Anabela Esteves, António Lourenço, Manuel Soares, Isabel Batista, Joana Ferrer, João Cardoso, José Barata, José Martins, Leonor Barroso, Nuno Coelho, Raúl Esteves, Renato Barroso, Rosa Brandão, Rui Penha, Rui Rangel

Paginação e concepção gráfica: Clienting - Marketing de Comunicação, Lda.

Pré-imprssão: ImpriQuatro - Artes Gráficas, Lda.

Impressão: Cromotipo, Lda - Artes Gráficas, Lda.

Priodicidade: Mensal

Tiragem: 2000 exemplares

Depósito Legal: 171365/01

Correio Electrónico (provisório): agosjud@clix.pt



Uma semente, quem sabe!

■ **Raúl Esteves**
Presidente do Movimento Justiça e Democracia

Para quem ainda se lembrar dos acontecimentos da última metade do ano de 1997, desnecessário será recordar que nunca a magistratura judicial havia conhecido tão forte, e generalizada crítica, como aquela que lhe foi dirigida nesse período.

Resultado de uma cega e desorientada política de crescente confronto com o poder político, levada a cabo pela Direcção do Sindicato dos Juizes de então, e que culminou com a realização do V Congresso dos Juizes Portugueses que teve lugar em Viseu de 6 a 9 de Novembro de 1997, e com os incidentes institucionais que se lhe seguiram, acabaram muitos Juizes por entender que seria vital para a credibilidade do exercício da judicatura manifestar sem receios, e publicamente, uma postura política diferente da seguida pelos dirigentes da A.S.J.P.

O inconformismo, próprio da juventude de muitos Juizes, apareceu do interior de uma magistratura onde, desde os primeiros anos de Democracia de 1974, pouco ou nada de novo se passara.

Rempendo com o temor reverencial junto das gerações mais velhas de magistrados, e representadas nos órgãos dirigentes da classe, muitos Juizes da primeira instância começaram a organizar-se e a discutir entre si novas formas de estar e novas formas de intervir.

A oportunidade para o aparecimento público, acabaria por ser dada pela corajosa candidatura do Exmo. Conselheiro Gonçalves da Costa às eleições para o Conselho Superior da Magistratura, que tiveram lugar em 1998.

Fruto de uma entusiástica e expontânea mobilização, dezenas de colegas, de Norte a Sul de Portugal, estruturaram e ergueram uma campanha de apoio a essa candidatura, recolhendo entre si todos os meios necessários, e sacrificando o seu pouco tempo livre, para levar aos Juizes portugueses uma nova mensagem.

Mas, o que parecia normal num Estado Democrático, organizar uma candidatura e concorrer a umas eleições, não o era na nossa magistratura de então, onde a lista “oficial” era a lista organizada e patrocinada pelo Sindicato.

Um coro de críticas e calúnias foram cantadas por quem no seio da classe não admitia a liberdade de opinião, juras de vinganças foram feitas, ameaças de perseguição foram ouvidas, tudo foi tentado para demover essa candidatura e desmotivar o voto na mesma.

Com a serenidade própria daquele Ilustre Homem e a irreverência dos chamados “novos Juizes” e também já de alguns menos “novos” que o apoiaram, acabou-se por virar uma página na história da magistratura portuguesa, fazendo-se eleger numa candidatura independente para o C.S.M. três vogais, de entre sete possíveis.

A dimensão de tal facto, e as repercussões daí decorrentes, jamais foram matéria de estudo e análise por parte dos nossos habituais analistas, contudo, e como parece ser nosso fado, acabou por ser objecto de referência e estudo na “Mesa Redonda Internacional” sobre os Conselhos Superiores da Magistratura na Europa, organizada pelo “Groupe d’études et de recherches sur la justice constitutionnelle”, que teve lugar em 14 de Setembro de 1998, em Aix-en-Provence, França.

Desde então, a semente nunca mais deixou de germinar. Aos muitos colegas que travaram esta primeira batalha, outros se lhe juntaram.

Foi encontrado um nome: “Movimento Justiça e Democracia”.

Foram multiplicadas as reuniões e diversificados os contactos.

Foram recolhidas opiniões e estabelecidos objectivos.

Trabalhou-se para vencer de uma vez por todas, o dogmatismo e a esclerose de que sofria a A.S.J.P., mobilizando-nos todos numa luta pela democratização da vida interna associativa, e pela consagração do direito de tendência no seio do Sindicato, obtendo-se um novo estatuto para aquele organismo e proporcionando-se no ano de 2000 as mais participadas eleições para os seus órgãos dirigentes,

fomentando-se a inscrição de dezenas de novos associados e a cobrança de milhões de escudos de quotizações em dívida.

Vimos, com orgulho, serem consagradas em Lei muitas das propostas e reivindicações, avançadas em 1997 no projecto do Conselheiro Gonçalves da Costa.

O Movimento Justiça e Democracia, como estrutura de reflexão no seio da judicatura, marcou indiscutivelmente uma nova forma de estar, e se hoje tudo terminasse, e não termina, deixaríamos como legados a todos os Juizes, muitos dos valores que nos foram queridos e pelos quais lutámos, como o sejam, entre outros: a liberdade de pensamento e consagração do direito à diferença no seio do Sindicato, a eleição por voto secreto dos dirigentes do sindicato, a liberdade de eleger e ser eleito vogal para o C.S.M. livre de pressões e ameaças, a consagração da protecção de situações de doença prolongada e maternidade, a implementação de assessorias e secretariado dos Juizes.

Nestes últimos quatro anos foram dados os primeiros passos para consolidar uma ideia colectiva de intervenção, não só ao nível profissional, como também cultural, em torno de um projecto de diferença, modernização e de revalorização de prestígio da carreira judicial.

Hoje, com a publicação deste jornal, o Movimento Justiça e Democracia tornou-se adulto.

Uma vez mais, inovou-se no seio da magistratura portuguesa.

Com este espaço de informação, livre e aberto a todas as sensibilidades e opiniões, caíram as barreiras, os segredos, as cumplicidades.

Mais do que defender um projecto, pretende o Movimento Justiça e Democracia, unir todos os Juizes portugueses em torno de uma reflexão conjunta sobre a Justiça que servimos.

Não pretendemos assumir o protagonismo de Sindicato dos Juizes. Os Juizes já tem a A.S.J.P., sindicato da classe, inclinando-se o nosso Movimento, numa vénia respeitosa, por toda a excelência que gerações de magistrados emprestaram a essa instituição. Presentemente, e em resultado da consagração estatutária do direito de tendência, colegas eleitos em lista apoiada pelo Movimento integram o Conselho Geral do Sindicato, aí manifestando, sempre que consultados, a sua opinião. Mas, jamais nos demitiremos de defender publicamente, o que entendemos ser mais ajustado

às expectativas socio-profissionais dos Juizes, criticando as inércias e compromissos que a Direcção Nacional da A.S.J.P. seja tentada a percorrer.

Também a formação dos magistrados judiciais, e a escola, que partilham com os futuros magistrados do Ministério Público, o C.E.J., pilar fundamental para a consagração de uma nova forma de estar na sociedade portuguesa, será objecto de estudo e de um cuidado permanente de análise, quer quanto aos princípios, às matérias, métodos pedagógicos, critérios de selecção e recrutamento de auditores e formadores.

Os dispendiosos estudos sobre a justiça, efectuados sob encomenda, com caderno de encargos preciso e rigoroso, e as suas delirantes conclusões, anunciadas na comunicação social com a pompa e circunstância da pólvora milagrosa, receberão, finalmente, a crítica e a denúncia de quem se debate diariamente com os problemas forenses.

Muito há a fazer, para que a judicatura deste novo milénio, seja diferente daquela que conhecemos.

Pretendemos uma classe de Juizes intervenientes, solidários, esclarecidos, que assumam a sua independência de forma responsável, que percebam finalmente qual o seu papel enquanto garantes dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

O exercício de uma judicatura esclarecida e consciente é a única forma de assegurar o prestígio da função de julgar e de estabelecer em definitivo a fronteira da independência deste Poder tão incompreendido quanto indesejado.

As sementes já foram lançadas, contamos agora com a colaboração e empenhamento de todos os Juizes.

4 ANOS DE INTERVENÇÃO

• **Novembro de 1997** - Manifesto da Candidatura às eleições para o Conselho Superior da Magistratura do Exmo. Senhor Conselheiro Dr. Gonçalves da Costa, organizada sob o lema “OUSAR. MUDAR. JUSTIÇA PARA O CIDADÃO”.

• **Janeiro de 1998** - Divulgação do Programa Eleitoral da referida candidatura.

• **Março de 1999** - Apresentação em Assembleia Geral da A. S. J. P. realizada em Coimbra de uma proposta de alteração dos estatutos do Sindicato por forma a acabar com a eleição dos órgãos sociais por voto por procuração e consagração do pluralismo interno com abertura às tendências.

• **Junho de 1999** - Apresentação na comissão de revisão dos Estatutos do Sindicato de uma exaustiva proposta de revisão, contendo um projecto actual e democrático para a A. S. J. P.

• **Outubro de 1999** - Manifesto de apresentação do Movimento Justiça e Democracia, contendo a Declaração de Princípios do Movimento.

• **Novembro de 1999** - Realização em Aveiro do um Encontro Nacional de Juizes com vista ao reforço do Movimento Justiça e Democracia.

• **Janeiro de 2000** – Tomada de posição pública quanto ao chamado caso “Aquaparque” e às críticas que na ocasião eram dirigidas aos Juizes relativas à prescrição daquele processo.

• **Janeiro/Fevereiro de 2000** - Realização de Círculo de Debates em Évora, Lisboa, Coimbra e Porto subordinados aos temas : “A integridade profissional dos juizes – As questões da controvérsia ; Inspeções Judiciais, a responsabilidade do juiz e do Conselho Superior da Magistratura; Contingentação processual e condições do exercício da função judicial ; O estatuto remuneratório dos juizes e o sistema político-judicial ; A carreira profissional do juiz : a 1ª instância e os acessos às instâncias superiores”.

• **Fevereiro de 2000** – Elaboração de Petição, entregue ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, subscrita por mais de 400 Juizes, manifestando o desacordo relativamente ao encurtamento dos estágios, contratação de Juizes “temporários” e utilização de Juizes Jubilados .

• **Fevereiro de 2000** - Aprovação em Assembleia Geral do Sindicato, realizada em Coimbra, dos novos Estatutos da A. S. J. P. , onde foram consagradas alterações tidas como essenciais para o M.J.D., como o sejam a democratização interna daquela associação.

• **Março de 2000** - Apresentação e divulgação do Programa da Candidatura aos novos órgãos sociais da A. S. J. P. organizada sob o lema : “UM COMPROMISSO COM A JUSTIÇA. UM PROJECTO PARA OS JUÍZES”.

• **Dezembro de 2000** – Tomada de posição relativa à publicação da nova tabela de honorários dos Advogados e divulgação de estudo comparativo entre esses mesmos honorários e os vencimentos dos Juizes.

• **Fevereiro de 2001** - Divulgação do apoio à Candidatura às eleições para o Conselho Superior da Magistratura do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Noronha Nascimento, organizada sob o lema : “CONVERGIR NO ESSENCIAL. DEFENDER O FUTURO”.

• **Mai de 2001** – Divulgação junto da comunicação social da constatação de erros grosseiros na legislação que veio alterar o Código da Estrada.

• **Julho de 2001** - Tomada de posição pública de repúdio pela atitude da Direcção Nacional da A. S. J. P. que condenou junto da Comunicação Social as declarações da colega Drª. Conceição Oliveira, juíza do T.I.C. de Lisboa.

• **Outubro de 2001** - Criação formal do Movimento Justiça e Democracia